



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXVI - Nº 020 - SÁBADO, 19 DE FEVEREIRO DE 2011 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
PRESIDENTE José Sarney - (PMDB-AP)	3º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI)
1ª VICE-PRESIDENTE Marta Suplicy - (PT-SP)	4º SECRETÁRIO Ciro Nogueira - (PP-PI)
2º VICE-PRESIDENTE Wilson Santiago - (PMDB-PB)	SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º SECRETÁRIO Cícero Lucena - (PSDB-PB)	1º - Gilvam Borges - (PMDB-AP)
2º SECRETÁRIO João Ribeiro - (PR-TO)	2º - João Durval - (PDT-BA)
	3º - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE)
	4º - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

LIDERANÇA

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 30 Líder Humberto Costa - PT Líder do PT - 15 Humberto Costa Líder do PR - 5 Magno Malta Líder do PDT - 4 Acir Gurgacz Vice-Líder do PDT Cristovam Buarque Líder do PSB - 3 Antonio Carlos Valadares Vice-Líder do PSB Lídice da Mata Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella	Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) - 27 Líder do PMDB - 19 Renan Calheiros Líder do PP - 5 Francisco Dornelles Vice-Líder do PP Ana Amelia Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim Líder do PMN - 1 Sérgio Petecão Líder do PV - 1 Paulo Davim	PSDB - 10 Líder Alvaro Dias - PSDB PTB - 6 Líder Gim Argello - PTB Vice-Líderes João Vicente Claudino Mozarildo Cavalcanti DEM - 5 Líder José Agripino - DEM (2)
PSOL - 2 Líder Marinor Brito - PSOL	PPS - 1 Líder Itamar Franco - PPS	Governo Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Gim Argello Benedito de Lira João Pedro Lídice da Mata

Notas:

- Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011,lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
- Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.

Expediente	
Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 12ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 18 DE FEVEREIRO DE 2011

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Ofício do Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados

Nº 11/2011, de 16 do corrente, comunicando que o Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2010, foi aprovado com as Emendas nºs 1 a 7, oferecidas pelo Senado Federal, e enviado à sanção.

03913

1.2.2 – Comunicações da Presidência

Aditamento à lista de proposições arquivadas ao final da 53ª Legislatura.

03913

Despacho sobre o prosseguimento da tramitação do Projeto de Lei da Câmara nº 23, de 2008 e dos Projetos de Lei do Senado nºs 578, de 2007 e 286, de 2008, em virtude do arquivamento, ao final da 53ª Legislatura, do Projeto de Lei do Senado nº 295, de 2001.....

03913

Despacho sobre o prosseguimento da tramitação dos Projetos de Lei do Senado nºs 168, de 2007; 163, 219, 325, 389 a 392, de 2009; e do Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2009, em virtude do arquivamento, ao final da 53ª Legislatura, do Requerimento nº 983, de 2009.....

03914

Extinção da Comissão Temporária Externa criada nos termos do Requerimento nº 802, de 2007.....

03914

Recebimento de manifestação do Senhor Victor José Faccioni, referente à Reforma Política.

03914

1.2.3 – Avisos do Ministro de Estado dos Transportes

Nºs 17 e 18/2011, de 15 do corrente, encaminhando informações em resposta aos Requerimentos nºs 497, de 2010, do Senador César Borges, e 770, de 2010, da Senadora Níura Demarchi, respectivamente.

03914

1.2.4 – Discursos do Expediente

SENADOR ITAMAR FRANCO – Indignação com a maneira como vêm sendo tratados os recentes aprovados nos concursos da Aneel e Anatel, defendendo a contratação desses candidatos. Defesa da portabilidade das carências dos planos de saúde para aposentados e demitidos.

03914

SENADOR PAULO PAIM – Reafirmação da tese de que seja antecipado parcialmente este ano o reajuste do salário mínimo de 2012. Defesa da política atual de valorização do salário mínimo, salientando, contudo, a necessidade do estabelecimento de regras de reajustes para aposentados e pensionistas.....

03916

SENADOR ROBERTO REQUIÃO – Justificação de projeto de resolução de autoria de S. Ex^a que prevê alteração no rito do exame de indicação de autoridades, cuja sabatina passaria a contar com a participação da sociedade. Preocupação com as reformas política e eleitoral, especialmente no que diz respeito ao voto distrital.

03917

SENADOR GILVAM BORGES – Destaque para o anúncio feito pela Presidente Dilma Rousseff da implantação de 49 Centros Regionais de Referência em Crack e outras Drogas, tecendo elogios à política de combate às drogas implementada pelo governo federal. Declaração de apoio à proposta de reajuste do salário mínimo, que será apreciada pelo Senado na próxima semana. Registro da necessidade de serem realizadas as reformas política e tributária.....

03920

SENADOR JOÃO VICENTE CLAUDINO – Registro da importância de investimentos em educação, tanto para o mercado de trabalho, quanto para o exercício da cidadania, destacando a relação entre nível de escolaridade, empregabilidade e remuneração e cobrando investimentos para o setor.

03922

1.2.5 – Comunicações

Da Liderança do PTB no Senado Federal, de cessão provisória de vagas, de suplente e titular, ao PV e ao PMDB, nas Comissões de Educação, Cultura e Esporte; de Assuntos Sociais; de Direitos Humanos e Legislação Participativa; e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, e de Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. (**Ofícios nºs 43 a 47/2011, de 17 do corrente**).....

03926

Da Liderança do PMDB no Senado Federal, de indicação dos Senadores Vital do Rego, Eduardo Braga, Gilvam Borges, Waldemir Moka, Ricardo Ferraço e Casildo Maldaner, como Vice-Líderes do

Partido no Senado Federal. (Ofício nº 49/2011, de 17 do corrente)	03926
1.2.6 – Discursos do Expediente (continuação)	
SENADOR MARCELO CRIVELLA – Homenagem pelo transcurso dos 90 anos do jornal Folha de S.Paulo , traçando a trajetória histórica desse veículo de comunicação. Comentários acerca do artigo intitulado “DNA de negros e pardos do Brasil é muito europeu”, publicado hoje no referido jornal.	03927
SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Denúncia da existência de desvios de verbas públicas, com a participação do governador, no Estado de Roraima.	03932
SENADOR LINDBERGH FARIA – Críticas à Oposição pelo anúncio de que pretende questionar, no Supremo Tribunal Federal, o art. 3º do projeto sobre o novo salário mínimo, o que, segundo S. Exª, poderá colocar em risco a política de recuperação do valor desse salário.....	03935
1.2.7 – Comunicação	
Da Liderança do PMDB no Senado Federal, de indicação de Senadores para integrarem, na qualidade de titulares e suplentes, a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas; e a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. (Ofícios nºs 47 e 48/2011, de 17 do corrente, respectivamente).	03937
1.3 – ENCERRAMENTO	
2 – RETIFICAÇÕES DE ATAS ANTERIORES	
Ata da 4ª Sessão, Deliberativa Ordinária, em 8 de fevereiro de 2011, e publicada no Diário do Senado Federal nº 12, do dia subsequente.	03938
Ata da 5ª Sessão, Deliberativa Ordinária, em 9 de fevereiro de 2011, e publicada no Diário do Senado Federal nº 13, do dia subsequente.	03939
Ata da 6ª Sessão, Deliberativa Ordinária, em 10 de fevereiro de 2011, e publicada no Diário do Senado Federal nº 14, do dia subsequente.	03941
3 – ATOS ADMINISTRATIVOS	
3.1 – Atos do Presidente	
Nº 4, de 2011 – Republicação	03942
Nº 27, de 2011	03942
3.2 – Portarias do Presidente	
Nºs 12 e 13, de 2011	03943
SENADO FEDERAL	
4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL	
5 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	
6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	

7 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos
CAS – Comissão de Assuntos Sociais

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte

CMA – Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

8 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)

Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009)

Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14, de 2010)

Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1, de 2005)

Projeto Jovem Senador (Resolução nº 42, de 2010)

CONGRESSO NACIONAL

9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 2, de 1992)

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI (Lei nº 9.883, de 1999)

Ata da 12ª Sessão, Não Deliberativa em 18 de fevereiro de 2011

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência do Sr. João Vicente Claudino, Gilvam Borges e Pedro Simon

(Inicia-se a Sessão às 9 horas e 15 minutos e encerra-se às 11 horas e 52 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. Bloco/PMDB – AP) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. Bloco/PMDB – AP) – O Senado Federal recebeu o **Ofício nº 11, de 2011**, do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados, comunicando que o Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2010, foi aprovado com as Emendas nºs 1 a 7, oferecidas pelo Senado Federal, e enviado à sanção.

É o seguinte o ofício recebido:

Of. nº 11/11/PS-GSE

Brasília, 16 de fevereiro de 2011

A Sua Excelência o Senhor
Senador Cícero Lucena
Primeiro-Secretário do Senado Federal
Assunto: Comunica envio de PLv à sanção

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, a fim de levar ao conhecimento do Senado Federal, que foram aprovadas, na Sessão Plenária do dia 15-2-11, as Emendas nºs 1 a 7 oferecidas por essa Casa ao Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2010 (Medida Provisória nº 501, de 2010, do Poder Executivo), que “Dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no exercício de 2010, como o objetivo de fomentar as exportações do País; altera as Leis nºs 12.087, de 11 de novembro de 2009, 10.260, de 12 de julho de 2001, 8.685, de 20 de julho de 1993, 3.890-A, de 25 de abril de 1961, 10.848, de 15 de março de 2004, 12.111, de 9 de dezembro de 2009, e 12.249, de 11 de junho de 2010; modifica condições para a concessão da subvenção em operações de financiamento de que trata o art. 1º da Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009; revoga

dispositivo da Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009; e dá outras providências.”

Na oportunidade informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi, nesta data, enviada à sanção.

Encaminho, em anexo, o processado da referida Medida Provisória e cópia dos autógrafos da matéria aprovada nesta Casa.

Atenciosamente, – Deputado **Eduardo Gomes**, Primeiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. Bloco/PMDB – AP) – A matéria vai à Comissão Mista, nos termos do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN.

A Presidência comunica ao Plenário que adita a lista das proposições arquivadas ao final da 53ª Legislatura em razão do envio de proposições legislativas para análise da aplicabilidade do art. 332 do Regimento Interno, regulamentado pelo Ato da Mesa do Senado Federal nº 4, de 2010, somente no início da atual Legislatura.

Nesse sentido, a relação publicada no Suplemento “C” ao Diário do Senado Federal nº 208, de 16 de dezembro de 2010, fica acrescida das seguintes proposições:

- Propostas de Emenda à Constituição nº 93, de 2003; 71, de 2005; 39, de 2005; e 37, de 2006;
- Projetos de Lei do Senado nºs 295, de 2001; 442, de 2003; 1, de 2006; 66, de 2006; 188, de 2008; 438 e 167, de 2009;
- Projetos de Resolução nºs 34, de 2003-CN; 48 e 64, de 2003; 18, 21, 39 e 43, de 2004; 2, 81 e 83, de 2005; 2, de 2006-CN; 25, de 2006; 5, de 2007; 38 e 50, de 2009.
- Requerimentos de informações nºs 67, 156, 411, 1.211 e 1.419, de 2004; 178, 312, 481, 522, 1.037 e 1.377, de 2005; 47, 84, 141, 156, 237, 337, 416, 503, 510, 992, 1.015, 1.031 e 1.117, de 2006; 1.273, de 2007; 692 e 1.399, de 2009; 918 e 967, de 2010; e
- Requerimento nº 945, de 2009.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. Bloco/PMDB – AP) – A Presidência comunica ao Plenário

que, em virtude do arquivamento do **Projeto de Lei do Senado nº 295, de 2001**, ao final da 53ª Legislatura, o Projeto de Lei da Câmara nº 23, de 2008, e os Projetos de Lei do Senado nºs 578, de 2007, e 286, de 2008, continuam a tramitar em conjunto e voltam ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. Bloco/PMDB – AP) – A Presidência comunica ao Plenário que, nos termos do art. 332 do Regimento Interno, foi arquivado o **Requerimento nº 983, de 2009**, de tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2009, com os Projetos de Lei do Senado nºs 168, de 2007; 163, 219, 325, 389, 390, 391 e 392, de 2009.

Uma vez arquivado o requerimento, as matérias seguem às comissões competentes da seguinte forma:

- Projetos de Lei do Senado nºs 168, de 2007; 219, de 2009; e o Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2009, retornam à Comissão de Assuntos Econômicos; e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, vão à de Constituição, Justiça e Cidadania.
- Projetos de Lei do Senado nºs 163, 389, 390, 391 e 392, de 2009, retornam à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.
- Projeto de Lei do Senado nº 325, de 2009, já instruído pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, vai à de Constituição, Justiça e Cidadania e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, à de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. Bloco/PMDB – AP) – A Presidência comunica ao Plenário a extinção, nos termos do art. 76 do Regimento Interno, da Comissão Temporária Externa, criada nos termos do Requerimento nº 802, de 2007.

O Requerimento vai ao Arquivo.

A Presidência comunica ao Plenário que recebeu manifestação do Senhor Victor José Faccioni, referente à Reforma Política, que será juntada ao processado do **Ato do Presidente do Senado nº 24, de 2011**, que “institui Comissão para elaborar Anteprojeto de Reforma Política”.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. Bloco/PMDB – AP) – O Senado Federal recebeu os **Avisos nºs 17 e 18, de 15 de fevereiro de 2011**, do Ministro de Estado dos Transportes, encaminhando informações em resposta aos Requerimentos nºs 497, de 2010, do Senador César Borges, e 770, de 2010, da Senadora Níura Demarchi, respectivamente.

Os Requerimentos vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. Bloco/PMDB – AP) – Com a palavra o Presidente Senador Itamar Franco. V. Exª dispõe de 20 minutos.

Em seguida, o Senador Paulo Paim, que estará seguindo para o Rio Grande do Sul, para um encontro com os sindicatos.

O SR. ITAMAR FRANCO (PPS – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Senadores e Srªs Senadoras, ao me candidatar a uma cadeira no Senado da República pelo Partido Popular Socialista, assumi com o povo de Minas Gerais o compromisso inafastável de dedicar meu mandato às causas sociais, dando voz aos que não têm e defendendo os interesses maiores de nossa gente. Sendo assim, faço uso da tribuna para manifestar minha profunda indignação pela maneira com que vêm sendo tratados os aprovados nos recentes concursos públicos da Aneel e da Anatel. São pessoas qualificadas que lograram, a duras penas, conquistar uma vaga no serviço público e que agora se encontram impedidas de assumir o posto em virtude do corte de R\$50 bilhões realizado no Orçamento, acarretando a suspensão de todos os concursos e nomeações previstas.

Há pessoas, Sr. Presidente, que já haviam sido, inclusive, convocadas a assumir a vaga em janeiro deste ano: venderam sua residência na cidade de origem, pediram demissão do emprego e se mudaram para Brasília com a família na certeza de que em seguida estariam empossadas e trabalhando no emprego que tanto desejaram!

Ledo engano, Srªs e Srs. Senadores e Sr. Presidente! Isso não aconteceu e, se depender do Governo, não vai acontecer tão cedo! E essas pessoas que se programaram para assumir a vaga, até porque tinham sido convocados pela Administração, viram frustradas suas expectativas e agora se encontram na rua da amargura, sem perspectivas!

Sr. Presidente, no caso, por exemplo, da Aneel, foram 138 os aprovados no último concurso, realizado em 2010. A situação é particularmente grave se tivermos em conta a primeira crise do setor energético do Governo Dilma, gerando questionamentos sobre a qualidade e a eficiência das fiscalizações realizadas por aquela agência. Até junho do ano passado, Sr. Presidente, Srs. Senadores, somente 47 técnicos haviam sido chamados para tentar reverter o péssimo serviço prestado pelo órgão regulador. Outros 76 especialistas foram convocados em setembro para o curso de formação, mas o que lhes restou foi apenas uma vaga promessa.

A Anatel também passa por situação semelhante: até o momento, dos 475 aprovados, apenas 271 foram nomeados. E há um agravante: o concurso perde sua validade, Sr. Presidente – é um problema questionável –, em 31 de julho deste ano e não pode mais ser prorrogado.

Além disso, os atuais servidores da Anatel também são prejudicados, e se ressentem, pois sofrem com a carência de recursos humanos e a sobrecarga de trabalho. Por isso, a própria Agência pediu, no ano passado, autorização para preencher 141 cargos vagos. Agora, com a reativação da Telebrás, o quadro se agravou, porque, dos 178 empregados da estatal com que a Anatel contava, 80, Sr. Presidente, já retornaram ao órgão de origem.

Sabemos, Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, que a aprovação em concurso público não representa certeza, mas apenas uma expectativa de cargo público. Essa é uma das clássicas lições de Direito Administrativo com que nos brinda o emérito professor Hely Lopes Meirelles. Contudo, a partir do momento que a Administração convoca aprovados para a posse, há a certeza de sua nomeação. Os convocados fazem planos, preparativos, fixam residência em Brasília, com o único objetivo de assumir o cargo para o qual foram convocados. Não contratá-los, nessas condições, é uma leviandade. Não temos o direito de brincar com a vida das pessoas.

Faço, portanto, um apelo à sensibilidade da Ministra Miriam Belchior para que autorize imediatamente a contratação dos aprovados, não apenas daqueles que já foram convocados e tiveram suas nomeações suspensas, mas de todos os que foram aprovados nesses concursos, até o limite das vagas.

Entendo, Sr^a Ministra, que, se houve um concurso, é porque havia necessidade de pessoal. Então, por que adiar ou impedir a contratação daqueles que, a tão duras penas, lograram sua aprovação?

Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, outro assunto que gostaria de abordar ainda dentro do tempo de que disponho é a portabilidade das carências dos planos de saúde também aos aposentados e demitidos, questão que vem sendo estudada pela Agência Nacional de Saúde.

Pelas regras atuais, fixadas pela Lei nº 9.656/98 – a chamada Lei dos Planos de Saúde –, os demitidos e os aposentados têm o direito de manter sua condição de beneficiários dos planos coletivos de suas empresas com a mesma cobertura assistencial que usufruíam quando da vigência do contrato de trabalho, desde que assumam a responsabilidade pelo pagamento integral das mensalidades. Entretanto, Sr. Presidente, eles só podem permanecer nessa condi-

ção pelo período máximo de dois anos após se desligarem do emprego. Findo esse prazo, devem migrar para um contrato individual e estar sujeitos às mesmas carências vigentes para um contrato novo, mesmo que continuem na operadora do plano de saúde coletivo de suas antigas empresas.

Há um grande clamor na sociedade, respaldado pelas entidades de defesa do consumidor, para que haja também a portabilidade de carências para esses casos, pois são pessoas que se encontram numa condição de fragilidade: o aposentado, por ser uma pessoa que, normalmente, utiliza com maior frequência o plano de saúde; o demitido, porque carece de fonte de renda para seu sustento.

Sabemos, Srs. Senadores, que a portabilidade dos planos de saúde não alcançou um universo significativo de associados: até o ano passado, apenas 2,3 mil usuários haviam sido beneficiados por ela, num universo de 44 milhões de pessoas. E não alcançou um universo significativo por uma razão muito simples: atualmente, só podem optar pela portabilidade os usuários dos planos individuais contratados de 1999 em diante, o que representa 7,7 milhões de pessoas, ou 17,2% do total de associados a planos de saúde. Os planos coletivos empresariais estão fora da regra da portabilidade, apesar de representarem 58% dos contratos ativos, ou seja, 25,9 milhões de usuários. E há ainda um outro limitador: atualmente, a portabilidade só pode ser requerida entre a data de aniversário do contrato e o mês seguinte, o que deixa apenas dois meses no ano para que o usuário opte por mudar de plano.

Faço aqui, portanto, Sr. Presidente, um apelo ao Dr. Maurício Ceschin, Diretor-Presidente da ANS, e ao Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, para que olhem com carinho a situação dos aposentados e dos demitidos e permitam que também eles possam usufruir da portabilidade dos planos de saúde com suas respectivas carências. Essa é, sobretudo, uma questão de justiça e de grande apelo social, razão pela qual estou, neste momento, intercedendo por eles.

Como disse no inicio do meu pronunciamento e agora reafirmo, tentarei dedicar todo o meu mandato em defesa das causas sociais, dando voz aos que não a têm e defendendo os interesses maiores da nossa gente. Esse é o caso dos aprovados concursos públicos da Aneel e da Anatel, e da portabilidade de carência dos planos de saúde dos aposentados e, sobretudo, dos demitidos, que acabei de citar desta tribuna.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. Bloco/PMDB – AP) – Esta Presidência determina à Secretaria-Geral da Mesa que tome as providências necessárias para o encaminhamento do discurso do Senador Itamar

Franco, com o apelo e as considerações de S. Ex^a, à Ministra Miriam Belchior, da Casa Civil, e à Presidência da República.

Com a palavra o Senador Paulo Paim.

V. Ex^a dispõe de vinte minutos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, usarei da palavra por apenas cinco ou dez minutos, pois farei uma série de exames ainda hoje, aqui no Incor, razão por que me deslocarei até aquele hospital após este breve pronunciamento.

Sr. Presidente, queiramos ou não, por mais que eu prepare temas, é minha intenção, Senador, falar hoje sobre a violência no Brasil, até porque tem tudo haver com o trabalho que vou exercer na Comissão de Direitos Humanos.

Depois, pediram-me que eu falasse uma pouco sobre a situação dos servidores; depois, pediram-me que eu falasse um pouco sobre as obras do PAC no Rio Grande do Sul; depois, pediram-me que eu falasse um pouco sobre as emendas, e sei que todos os Senadores também atuam com emendas na situação em que se encontram.

Mas não adianta: de hoje até quarta-feira, o assunto é só um, o assunto que vai nortear o grande debate na sociedade brasileira é a votação, nesta Casa, do salário mínimo e, naturalmente, também, a situação dos aposentados e pensionistas, que estão em uma grande expectativa sobre o que vai acontecer. E é natural; e é bom que seja assim; e que bom que estejamos vivendo em plena democracia e que cada um possa expor seu ponto de vista.

Sr. Presidente, tenho uma história muito forte, em toda a minha vida, com a questão do salário mínimo e dos aposentados e pensionistas. Há praticamente trinta anos que debato esse tema. Ele acontece todos os anos. Lembro-me, lá atrás, ainda na Assembleia Nacional Constituinte, na redação do capítulo que trataria do salário mínimo, do embate que travamos sobre aquela redação, que, de conformidade com o Dieese hoje, poderia assegurar um salário mínimo decente para as pessoas viverem com dignidade.

Sr. Presidente, quero, mais uma vez, enfatizar, aqui da tribuna, que essa política salarial de reposição do salário mínimo tem a marca das centrais sindicais, das confederações, do Presidente Lula, da Presidenta Dilma e a nossa marca, porque surgiu de uma comissão de onze Deputados e onze Senadores. Aprovamos aqui, depois de um grande entendimento, e deu certo. O salário mínimo, repito, sai de US\$70,00 e hoje vale em torno de US\$322,00.

Mas, ontem, Sr. Presidente, fui questionado por inúmeras entidades de aposentados e pensionistas de

todo o Brasil depois da minha fala aqui, em que disse que seria importante se conseguíssemos assegurar uma antecipação, nem que fosse de 2,75% em relação ao que a política salarial nos vai garantir já em primeiro de janeiro, que é o PIB de dois anos atrás mais a inflação, o que vai corresponder a mais ou menos um salário mínimo de R\$620,00.

De fato, esse tema, Sr. Presidente, temos de discutir. Se a política duradoura e permanente que defendo para o salário mínimo para os próximos quatro anos será boa, a melhor política salarial que vi sendo aprovada, ao longo de todos os meus 30 anos de vida pública, como fica a questão dos aposentados e pensionistas? Eles não terão nem um centavo de reajuste durante estes quatro anos? Essa é a pergunta que me fazem. É uma justa pergunta, daí porque temos de debater o tema. Ficarão eles somente com a inflação?

O salário-mínimo vai subir, sim, conforme a inflação mais o PIB, pode quadruplicar, e o valor dos aposentados e pensionistas pode voltar para um salário mínimo. Se não houver nenhuma proposta que aponte o caminho da recuperação dos benefícios dos aposentados e pensionistas, como estamos fazendo com o salário mínimo, a tendência é todo assalariado brasileiro do Regime Geral da Previdência receber somente um salário mínimo. Essa é a tendência natural, porque o salário mínimo sobe com o PIB, e o salário do aposentado não sobe – só acompanha a inflação.

Devido a isso, Sr. Presidente, tenho trazido ao debate não só a questão da antecipação, mas também a preocupação sobre como fica a política dos aposentados e pensionistas e a questão do fator previdenciário.

Todos sabem que, há 11 anos, venho à tribuna, para falar que queria, que gostaria e que vou trabalhar – e este Senado já votou – pelo fim do fator, que confisca a metade do salário do trabalhador que ganha o teto do Regime Geral, de R\$3,5 mil, e que se aposenta com R\$2 mil, R\$ 1,5 mil. Enfim, ele perde a metade, enquanto, no Executivo, Legislativo e Judiciário... Eu repito esta frase, porque alguém disse: “Água mole em pedra dura tanto bate até que fura”.

O teto no Legislativo, no Judiciário e no Executivo é de R\$30 mil, e não há fator. O teto do Regime Geral é de R\$3,5 mil, e há fator. Então, quem ganha R\$30 mil se aposenta com salário integral; quem ganha R\$3,5 mil só pode aposentar-se com R\$1,8 mil ou R\$2 mil, no máximo, devido ao fator previdenciário.

É esse debate que quero também fazer. Quero dialogar, conversar com as pessoas e apontar caminhos, porque, meu Senador Requião, meu ex-presidente Itamar, que estão aqui no plenário, neste momento, esta Casa é para isto, para falar, para dialogar, para

colocar posições, para construir alternativas. Esse é o nosso objetivo.

Por isso, Senadores e Senadoras, continuarei dialogando. Na próxima terça-feira, vai haver uma reunião da bancada do PT com Ministros que tratam do tema, em que levaremos essa discussão. Queremos construir uma alternativa. Ninguém está aqui só para marcar posição, para dizer que é o dono da verdade e que só ele sabe qual é o caminho do melhor para o País. Pelo contrário, quero somar-me. Sou um parlamentar da base do Governo. Todos sabem...

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. Bloco/PMDB – AP) – Senador Paim, por gentileza. O entusiasmo e o comprometimento de V. Ex^a com essa matéria, que interessa a todo o País, preocupa a Mesa, porque V. Ex^a é um comprometido e entusiasmado defensor dessa matéria tão importante, que é o salário mínimo. Mas alerto V. Ex^a a respeito do tempo, pela preocupação com sua viagem para o Rio Grande do Sul, que é muito importante que ocorra com segurança.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Vou concluir, Senador, até porque pedi a V. Ex^a... Eu estava na realidade no art. 17, seria o último a falar, e V. Ex^a, como eu disse que seriam cinco minutos, atendeu a minha solicitação, até porque, antes de ir ao Rio Grande, tenho de ir ao hospital.

Concluo, Sr. Presidente, então, atendendo ao apelo de V. Ex^a, dizendo que, na terça-feira, vai ser na bancada do Partido dos Trabalhadores que faremos o debate sobre o caminho melhor para todos sobre um tema que envolve aposentados, aqueles que vão aposentar-se e aqueles que dependem do reajuste do salário mínimo.

Quero dizer que, ao contrário do que alguns pensam, estou muito tranquilo, muito tranquilo mesmo. Estou dialogando com os parlamentares, com todas as instâncias possíveis, apontando um caminho que olhe não só a importância da votação, que faremos aqui, da política permanente de recuperação do salário, mas também a questão do fim do fator e do reajuste dos aposentados, ou seja, de uma política de valorização dos benefícios dos aposentados e pensionistas.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Sei que passei cinco minutos do tempo que V. Ex^a me tinha concedido.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. Bloco/PMDB – AP) – Que a sua viagem seja abençoada e que a segurança espiritual e física esteja a seu lado.

Convidado para assomar à tribuna o Senador Roberto Requião.

Senador Roberto Requião, V. Ex^a está convocado.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR)

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Sr. Senador Itamar Franco, solitário nesta plenária de sexta-feira, a minha intenção hoje é trazer ao Plenário do Senado dois assuntos. Um assunto é a regulamentação das oitivas das audiências para a apreciação de autoridades que devem ser aprovadas pelo Senado da República, quando indicadas pelo Presidente da República. Até agora, a regulamentação dessas audiências está sendo feita pelas Comissões. E, feita pelas Comissões, vez por outra, o rito pode ser suprimido com o voto da maioria eventual em dado momento.

Acredito que essas audiências para escolha de Ministros do Supremo Tribunal, de Embaixadores são de grande responsabilidade e que caberia a nós, Senadores, naquela visão de abertura participativa, de participação da sociedade, abrir a perspectiva de que a sociedade civil, de uma forma ou outra, pudesse participar dessas audiências, trazendo subsídios, opiniões e mesmo, em algumas circunstâncias, denúncias que, de outra forma, não chegariam ao Senado da República.

Então, estou apresentando uma modificação no Regimento Interno do Senado Federal, porque, se estabelecermos essas regras no Regimento Interno, elas não poderão ser superadas por uma circunstância eventual de uma Comissão.

Eu tomo a liberdade de ler para os Srs. Senadores a minha justificativa.

O nosso objetivo é aperfeiçoar o Ato nº 1, de 2007, da CCJ, que disciplina o processo de aprovação de autoridades, no âmbito da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, e estender a sua aplicação para as demais comissões da Casa. Todavia, para que as regras previstas naquele ato sejam observadas em todas as comissões, há necessidade de propor alteração do Regimento Interno do Senado Federal mediante projeto de resolução.

Propomos, ademais, quanto ao rito de exame da indicação da autoridade pela comissão, que seja possibilitada a participação da sociedade, por meio do Portal do Senado Federal na rede mundial de computadores, a *Internet*, seja para trazer informações sobre o indicado que melhor esclareçam a sua idoneidade técnico-profissional e moral, seja para contribuir com indagações a serem dirigidas ao candidato por ocasião de sua arguição pelos Srs. Senadores.

Prevemos, ainda, a possibilidade de que seja realizada audiência pública, caso a comissão assim o decida. Nesse sentido, sugestão havendo do Relator para exame da mensagem de indicação da autoridade pelo Chefe do Poder Executivo, a fim de que

seja aprofundado o debate sobre as qualificações, o comportamento social e profissional do indicado, haja vista as informações e indagações ou dúvidas encaminhadas pelos cidadãos por meio do Portal do Senado Federal.

Acreditamos que, desse modo, possamos contribuir para a ampliação da participação popular na deliberação do Senado Federal no exame da indicação das autoridades que detêm a responsabilidade de exercer os cargos mais altos da República.

Praticamente, estou propondo o exame da autoridade em três etapas: na primeira etapa, sem a presença do indicado, o Relator apresentará o relatório em reunião da Comissão com recomendações, se for o caso, para que o indicado apresente informações adicionais. Na segunda etapa, será concedida, automaticamente, vista coletiva do relatório por cinco dias úteis após a sua apresentação, devendo o mesmo ser publicado no **Diário do Senado Federal** e divulgado por meio do Portal do Senado Federal. Então, não é aquele exame abrupto do relatório, mas a audiência e a carga automática para o conjunto dos Senadores e a sua publicação oferecem uma possibilidade clara de seu exame aprofundado não só pelos Senadores, mas pela sociedade. Na terceira etapa, o indicado será submetido à arguição dos membros da Comissão e, em seguida, o relatório será votado.

E eu coloco um parágrafo aqui. A resposta negativa às hipóteses previstas nas alíneas "a", "b" e "d" do inciso II deste artigo deverá ser declarada por escrito. A declaração de que trata a alínea "c" e o inciso desse artigo deverá ser acompanhada de documentação comprobatória, emitida pelos órgãos competentes. É o caso do currículo, a participação em determinados órgãos e instituições. E o Portal do Senado Federal possibilitará à sociedade encaminhar informações sobre o indicado ou perguntas a ele dirigidas que serão submetidas a exame do Relator com vistas ao seu aproveitamento, inclusive quanto à necessidade de realização de audiência pública em face das informações e indagações recebidas.

Nos Estados Unidos da América do Norte, o exame pelo Senado e a aprovação do membro da Suprema Corte demoram seis meses. A sociedade inteira participa. As organizações profissionais, os advogados interagem com o Senado da República. E nós estamos, de uma forma um tanto quanto sumária, tratando desse assunto. E quero desvincular, de forma absoluta, essa minha proposta da aprovação de nosso último membro do Supremo Tribunal Federal, que contou, inclusive, com meu voto e o voto unânime deste Plenário. Mas estou tratando de me precaver quanto à possibilidade de escolhas extraordinariamente rápidas

de pessoas, de ministros, de indicados que possam, em determinadas circunstâncias, não possuir as qualidades do Ministro Fux.

Então, esse projeto de resolução, que propõe uma alteração do Regimento Interno do Senado, já foi apresentada à Mesa numa sessão anterior.

Vou aproveitar este espaço, nesta tranquila sexta-feira, para algumas considerações, Senador Itamar Franco, sobre a nossa reforma política e eleitoral. Tenho algumas preocupações com o que pode vir a acontecer nesse processo.

A minha preocupação principal é com o acondicionamento em relação ao voto distrital.

Ora, o voto distrital já existe no Brasil. O Prefeito é eleito num distrito que é o seu Município; os Vereadores são efeitos na circunscrição do Município; e eles, num contato direto com a comunidade, tratam de questões imediatas da vida do cidadão. Preocupam-se com os buracos das ruas, com o saneamento básico, com as condições do trânsito.

Os Deputados Estaduais já recebem um voto distrital, mas o distrito que os elege é a circunscrição da Unidade federada, que é o Estado. A mesma coisa com o Governador e, no nível do Município, com o Prefeito.

A tentativa de transformar o Congresso Nacional numa assembleia de parlamentares distritais parece a mim como uma tentativa de desideologizar o Congresso Nacional.

Nós não teríamos mais os deputados dos grandes temas, os deputados das reivindicações difusas da sociedade. Nós não teríamos o deputado da educação, o deputado da modificação da economia, o deputado como o Senador Paim, que acaba de me anteceder nesta tribuna, profundamente preocupado com a legislação trabalhista e com o salário mínimo. Teríamos, no Congresso Nacional, uma espécie de assembleia de presidentes de associação de bairros. Ao mesmo tempo, o Banco Central, dominado hoje pelo capital vadio, pelo capital financeiro especulativo, passaria cada vez mais, sem a participação do Congresso, com essa liberdade que já tem hoje, a governar o País. Então, a minha preocupação passa por aí.

Por outro lado, temos a crítica à eleição proporcional, que tem fundamento, mas acredito que essa crítica passa fundamentalmente pela falta de qualidade dos partidos e da democracia interna dos partidos.

O caso mais abordado hoje é a eleição do Tiririca. Não vejo como se possa negar ao Tiririca o direito de ser candidato e de se eleger, como se eleger, Deputado Federal. Mas a crítica à eleição do Deputado Tiririca, que capitalizou um voto, de certa forma, de protesto, é que ele, no voto proporcional e na legenda,

leva junto ou traz para a Câmara Federal um grupo de parlamentares sem voto, e essa crítica nos leva à ideia do voto majoritário, do “distritão”. Então, nós não teríamos mais o voto de legenda, e os Deputados seriam eleitos, independentemente de seus partidos, conforme a votação que obtivessem: o mais votado; em seguida, o segundo mais votado, e assim por diante.

Mas essa solução traz o efeito do Tiririca ao contrário. Imaginem, por exemplo, um parlamentar de opinião, como o nosso Senador e ex-presidente da República Itamar Franco, candidato a Deputado Federal pelas Minas Gerais. Candidato de opinião, político de atitude, levaria para a sua votação uma parcela extremamente significativa da população de Minas Gerais; faria milhões de votos e, ao mesmo tempo que faria milhões de votos, estaria inviabilizando a eleição de outros parlamentares menos notáveis e influentes, mas que tivessem a sua mesma posição. O Deputado Itamar Franco seria o Deputado mais votado das Minas Gerais, mas as suas atitudes e a sua tendência política seriam esterilizadas com os votos dados à sua pessoa. Isso significa que, no voto majoritário, um candidato de opinião estaria esterilizando a possibilidade de deputados que pensem igual a ele viessem também a ser eleitos. Seria o efeito do Tiririca ao contrário.

Pensando nessa situação e nessas circunstâncias, apresentei ao Senado da República uma proposta que já apresentei quando fui Senador há alguns anos e que foi aprovada por unanimidade no Senado e arquivada – como sói acontecer com quase tudo que sai daqui – na Câmara Federal.

É uma proposta de lista eleitoral dupla: uma lista fechada e uma lista aberta. A lista fechada é uma lista formulada em uma convenção democrática do partido, e essa lista é responsável pela proporcionalidade. Ou seja, teríamos eleitos pelo partido tantos Deputados quantos viabilizassem a proporcionalidade dos votos na lista fechada, a partidária. E outra lista aberta, também seria selecionada numa convenção democrática do partido, em que os senhores candidatos seriam eleitos da forma proporcional: os mais votados, com seus votos excedentes cedidos ao conjunto do partido.

Por que essa fórmula mista? Inspirei-me nos ensinamentos do nosso velho Guerreiro Ramos. Não estou propondo uma modificação radical, mas estou propondo uma modificação criando um modelo alternativo de valorização do partido, do voto da lista, que seria o voto programático e de opinião e, ao mesmo tempo, mantendo a eleição proporcional paralelamente. No caso, por exemplo, de um determinado partido, pelos votos na sua lista, poder eleger onze Deputados, seis seriam da lista e cinco, da lista aberta. Seis seriam da lista fechada; cinco, da lista aberta. E, à medida

que a institucionalização desse processo ocorresse, nós poderíamos pensar em evoluir para eleições mais ideologizadas.

De qualquer forma, parece a mim que a discussão do voto distrital é a discussão que interessa aos dominadores da economia e da estrutura política, aos detentores do capital, que já não respondem mais ao Congresso Nacional. Como não responde o Banco Central, que tem gente muito competente para lidar, Presidente Itamar, com a política monetária, mas não tem ninguém para formular uma política trabalhista como pensa o Senador Paim, uma política de importação, uma política de exportação, uma política social, uma política de desenvolvimento industrial, ou seja, pensar o desenvolvimento na forma global, e não apenas com resultados na balança comercial de superávits primários e coisas que tais.

É uma alternativa que parece, a mim pelo menos, ser interessante, que viabiliza uma evolução, sem transformar o Parlamento brasileiro numa espécie de parlamento cubano, que nada mais é do que uma federação de representantes de associações de bairros quando, em Cuba pelo menos, o Partido Comunista domina a economia e dirige o país.

Aqui seria diferente. Nós seríamos definitivamente dirigidos pelo Banco Central, com essa independência altamente questionável e pelo capital vadio.

Aproveitei, Sr. Presidente,...

O SR. ITAMAR FRANCO (PPS – MG) – V. Ex^a permite?

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR)
– Como não?

Um aparte ao Senador Itamar Franco.

O SR. ITAMAR FRANCO (PPS – MG) – É sempre com muita alegria e atenção que escuto V. Ex^a. Hoje em dia é muito difícil chegarem aqui ao Congresso Nacional, seja na Câmara ou no Senado da República, candidatos de opinião. V. Ex^a é um candidato de opinião. V. Ex^a é um homem que debate e não faz o jogo de lá para cá. Tem sempre a sua coerência partidária. É por isso que eu sempre o ouço com muita alegria. Eu só tenho uma dúvida em relação à lista fechada, meu caro e querido amigo Senador. No momento em que os partidos brasileiros, seja em nível regional, seja em nível federal, têm a sua ditadura – cinco ou seis é que mandam no partido –, e formam uma lista fechada, se a direção partidária ditatorial não gostar deste ou daquele candidato pelas suas ações, porque não tem os olhos verdes ou azuis, será muito difícil um candidato ser colocado na linha de frente numa lista fechada. Acho difícil. Conversando com universitários, um deles me disse: “Vou levar 16, 18 anos para chegar à cúpula partidária. E se eles não gostarem de mim?”.

Aí vem a defesa do candidato avulso, em cujo mérito não quero entrar neste momento para não atrapalhar o pronunciamento de V. Ex^a. Mas a lista fechada, meu caro Senador, eu acho muito difícil de ser adotada. Quem já passou por essa experiência, como eu no meu Partido – 26 anos de MDB, PMDB – sabe que é muito complicado. A lista fechada, eu a combateria. Não creio que ela seja democrática.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Senador, a possibilidade de haver lista fechada passará necessariamente pela democratização da escolha das chapas nos Partidos, mas uma das críticas que se poderia fazer à lista fechada é que alguns dirigentes, entre *comillas*, “mais espertos” colocariam candidatos populares, famosos, como jogadores de futebol, o próprio Tiririca na cabeça da lista, e essa lista seria secundada pelos seus próprios nomes. Então, estariam sem voto, ou sem opinião, se elegendo com esse artifício.

Mas a crítica que se faz a esta possibilidade também é bem clara, porque o candidato alternativo, o candidato de protesto, tem um limite de popularidade: faria em São Paulo 800, 900 mil votos, mas acabaria tendo a rejeição do conjunto da população – 12, 13, 14 milhões de eleitores não votariam porque levariam a política mais a sério. Então, na verdade, a lista, ao invés de ser reforçada com a participação de celebridades, poderia ser é liquidada com a participação de celebridades, com a rejeição pela maioria, não pela minoria, em relação aos candidatos colocados.

Mas eu concordo com V. Ex^a, Senador, que tudo passa pela reorganização da democracia partidária, senão nós teríamos... Imagina uma lista fechada de um determinado partido, com os caciques sem voto. Eles se colocariam na lista, mas a lista seria rejeitada por inteiro. Poderia ser uma experiência trágica, em vez da facilidade de uma eleição. Eu acho que nós temos de discutir muito isso.

E a candidatura avulsa me fascina também – é o sistema utilizado na Itália em algumas oportunidades –, assim como me fascina na legislação italiana a possibilidade de um ex-Presidente da República vir a ser Senador definitivamente – se não me engano, na Itália, sem direito a voto, que só é conseguido no processo eleitoral, mas com direito a opinião e à palavra como todos os outros Senadores, influenciando os plenários e as decisões.

Um Presidente da República, quando abandona o cargo, não tem até uma possibilidade de manutenção, através de uma pensão, uma vez que não seria lógico que ele se transformasse num representante de um grupo empresarial privado ou consultor de interesses que não fossem os interesses da República. O Sena-

do, como prerrogativa do ex-Presidente, lhe daria a condição de ser consultor dos interesses nacionais e consultor, sob a perspectiva da visão programática que o levou à Presidência da República.

Como nós vemos, Senador Itamar, temos muitas possibilidades de discussão ainda sobre essa reforma política, mas não devemos cair na armadilha pura e simples do voto distrital, que na verdade não é um voto distrital; é um voto majoritário feito no âmbito do Estado, da unidade federada que estaria, de certa forma, drenando para um determinado candidato os votos de toda uma tendência. E essa tendência, que, no proporcional, poderia comparecer ao Senado Federal com dez, quinze, vinte, trinta parlamentares, defendendo a educação, defendendo a mudança da economia, seria absolutamente esterilizada, com uma super votação de apenas um representante.

Presidente, a minha intenção nesta manhã era colocar ao Plenário do Senado essas ideias. Eu agradeço a tolerância e essa expressiva audiência dos Srs. Senadores; expressiva não pela quantidade, mas pela qualidade da representação nesta manhã.

Durante o discurso do Sr. Roberto Requião, o Sr. Gilvam Borges, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. João Vicente Claudino, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (João Vicente Claudino. PTB – PI) – Quero parabenizá-lo, Senador Roberto Requião, pelo pronunciamento. Esse tema eleitoral vai suscitar bastante debate.

Inclusive, relativamente à ideia de V. Ex^a quanto ao mandato de ex-Presidente, ressalto que temos uma PEC tramitando desde 2007 que propõe que o Senado acolha o ex-Presidente com um mandato de Senador.

Quero informá-lo também que o Projeto de Resolução de autoria de V. Ex^a entra, a partir de hoje até o dia 24 de julho, em fase de recebimento de emendas. Ele deve ser encaminhado à CCJ antes de seguir para a Comissão de Reforma do Regimento Interno, que espera a sua criação após decisão da Mesa.

Concedo a palavra ao Senador Gilvam Borges.

O SR. GILVAM BORGES (Bloco/PMDB – AP.) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, ontem (quinta-feira, dia 17), a Presidenta Dilma Rousseff anunciou a implantação de 49 Centros Regionais de Referência em Crack e outras Drogas em universidades federais das cinco regiões brasileiras.

Em solenidade no Palácio do Planalto, a Presidenta Dilma reafirmou o compromisso do governo na

luta contínua do combate às drogas, especialmente o crack.

Os Centros Nacionais de Referência em Crack e outras Drogas serão responsáveis por capacitar, nos próximos doze meses, quinze mil profissionais, como médicos, psicólogos, enfermeiros, assistentes sociais e agentes comunitários.

Em discurso, Dilma ressaltou a importância do envolvimento multisectorial no combate às drogas e à criminalidade e lembrou que a valorização dos professores e professoras do nosso país é imprescindível nesse processo e uma meta do seu governo.

No mês que vem, o governo federal lançará o maior estudo do mundo sobre o crack, que envolveu 22 mil pessoas de diversos estados brasileiros. A partir da amostragem, a pesquisa traçará o mapa do consumo de crack no país e servirá como embasamento para diversas políticas públicas para o enfrentamento da droga.

Cada projeto terá R\$300 mil do Fundo Nacional Antidrogas (Funad) para a capacitação de trezentos profissionais. Ao final de doze meses, serão formados 14,7 mil profissionais em 844 municípios de 19 estados do país. Os cursos vão abordar o gerenciamento de casos, a reinserção social e o aconselhamento motivacional, bem como o aperfeiçoamento de médicos atuantes no programa Saúde da Família, no Núcleo de Assistência à Saúde da Família e de profissionais do SUS e do Sistema Único de Assistência Social.

A iniciativa faz parte do Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas, lançado no ano passado pelo governo federal.

O Plano prevê também a ampliação do número de leitos de internação de usuários, a ampliação do número de Centros de Referência de Assistência Social e dos Centros de Referência Especializada de Assistência Social, a realização de estudos e pesquisas, a ampliação do horário de atendimento do Viva Voz, a criação de centros de pesquisa e novas metodologias de tratamento e reinserção social, e medidas de enfrentamento ao tráfico.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, o governo Dilma já deixou claro que vai lutar contra a miséria. O slogan, afinal, é: "País rico é país sem pobreza".

E como erradicar a pobreza? Será preciso fortalecer ainda mais a economia, ampliar ainda mais o emprego e aperfeiçoar as políticas sociais. Isso significa, principalmente, melhorar a qualidade do ensino, pois ninguém sai da pobreza se não tiver acesso a uma educação gratuita, contínua e de qualidade.

Na próxima semana, Sr. Presidente, estaremos votando, aqui no Senado, o texto do Projeto de Lei nº 382/11, já aprovado pela Câmara Federal. Esse projeto

estabelece critério para o reajuste do salário mínimo, que será a inflação média medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) mais a variação do PIB (Produto Interno Bruto) de dois anos anteriores.

Não constitui novidade dizer que o PMDB é governo e, como tal, vai corresponder à expectativa do governo. A base aliada tende a possibilitar que o projeto seja aprovado nesta Casa sem emendas ao que já foi aprovado pela Câmara.

E a verdade, Sr. Presidente, é que a questão do mínimo vai muito além da discussão de se mais ou se menos cinquenta centavos por dia para o valor do salário.

É preciso atentar que o aumento do valor do salário acima do crescimento da economia provoca o mesmo efeito do aumento da carga tributária, que é o repasse adiante do custo desse aumento. Por isso, é imperioso que o Congresso Nacional discuta e aprove a reforma tributária.

Trabalhadores e patrões, o governo e a iniciativa privada, o comércio e a indústria têm sido penalizados com o excesso de impostos, taxas e contribuições em vigor no Brasil. A cobrança de impostos sufoca os brasileiros. É preciso enfrentar a guerra fiscal e o conflito federativo. É preciso simplificar a forma de cobrar tributos e, principalmente, desonerar a carga tributária.

A guerra fiscal e a tributação em cascata provocam distorções nos preços, além de complicar a vida das empresas, que gastam fortunas em planejamento tributário para entender suas obrigações com o Fisco.

Os impostos sobre consumo, que representam 47% de toda a arrecadação, são inaceitáveis.

Finalmente, Sr. Presidente, é a reforma tributária que vai possibilitar que o Brasil dê um salto de crescimento. E vamos em frente, porque quem anda para trás é caranguejo!

A reforma das reformas, a mãe de todas, hoje foi abordada por um Senador com capacidade intelectual muito bem alinhavada e apurada. Não foi só a mente irrequieta e a forma de trabalhar que nos trouxe a esta Casa novamente o Senador Requião, que é um dos orgulhos, Sr. Presidente, dos nossos quadros do PMDB. Três vezes Governador, uma longa carreira lá no estado do Paraná, um estado rico e próspero. O Senador Requião, sem dúvida, é um dos nossos pontas-de-lança, é um dos quadros mais importantes do nosso partido, o PMDB. E S. Ex^a chega aqui para abordar não só aspectos econômicos em pronunciamentos bem abalizados; o Senador Requião traz aqui um tema da mais alta relevância, que é a reforma política, a mãe de todas as reformas.

Acredito que a questão da lista fechada ou da lista aberta é decisiva, porque, quando o partido fortalece seus quadros, obviamente a sociedade tem condições, Senador Requião, de focalizar bem melhor. E, como V. Ex^a disse, o voto distrital já é uma realidade, já está aplicado, e a lista fechada, sem dúvida, será a grande alternativa, porque, além de ajustar o Partido e depurar até os próprios quadros de liderança que lhe deram a executiva do Partido, haveria a discussão interna dentro dos seus quadros para tirar os seus candidatos e fechar essa lista. Portanto, é um debate democrático, pois não se pode fechar uma executiva nacional, regional ou municipal em um grupo restrito só com a sua diretoria, só com a sua executiva; isso será estendido a uma discussão ampla nos quadros gerais dos partidos.

Também é uma incongruência a questão dessas avaliações em relação ao coeficiente eleitoral e à distribuição dessas funções tão importantes dos nossos parlamentares que compõem o Congresso Nacional e as Assembleias Legislativas.

Portanto, Sr. Presidente, quero me congratular com o Senador Requião e lhe dizer da nossa admiração. Sou a favor da lista fechada, sem a mista da aberta e da fechada, porque ela confunde muito. E espero que o Senador Roberto Requião possa ser um dos nossos indicados para tratar dessa reforma quando começar a implantação ainda este ano.

Aliás, é um comprometimento do Presidente desta Casa, Senador José Sarney, e da Presidente Dilma: a reforma tributária juntamente com a reforma política será pauta nacional após o Carnaval e irá, sem dúvida, alinhavar essas reformas tão importantes.

Minhas congratulações à Presidente Dilma, que imprime uma velocidade e uma carga de trabalho muito grande ao País. Não se vê muito barulho, mas ela sai às 11 horas da noite, meia-noite do Palácio, reunido, tecendo, costurando, ajustando, trabalhando as políticas. O fato de a Presidente estar ali reunindo com os Ministros, dando as orientações, discutindo, absorvendo, realmente nos anima muito, pois sabemos que temos uma líder à frente do Executivo, trabalhando por este País.

Minhas congratulações e que Deus nos proteja e ao Amapá, à Amazônia e ao Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Vicente Claudino. PTB – PI) – Quero parabenizar o Senador Gilvam Borges pelo pronunciamento e convidá-lo para assumir novamente a Presidência para que possamos fazer uso da palavra.

O Sr. João Vicente Claudino, 3º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Gilvam Borges, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. Bloco/PMDB – AP) – Convido para assumir a tribuna desta Casa para seu pronunciamento o Senador João Vicente Claudino.

E, se o Senador Requião estiver aí, Zezinho, por favor, convoque-o, pois preciso conversar com ele.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI).

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Presidente Gilvam Borges, Srs. Senadores, realmente, esse tema da reforma política será um tema de muito debate nesta Casa. Não sei se ela é a mãe de todas as reformas, mas acho que o Brasil precisa passar por reformas estruturais e de legislação a fim de que, principalmente na área tributária, fiscal, e na reforma política, principalmente no âmbito político-eleitoral, haja verdadeiramente um entendimento por parte da população no sentido de saber para que serve um partido político e seus representantes, os quais, legitimamente, trazem para o Congresso Nacional e para as Casas Legislativas as aspirações maiores de nosso povo.

Fico apenas preocupado é que, depois de formada a Comissão de Reforma Política – e isso eu li pela Internet (no site do Senado) –, haja um prazo muito pequeno – de 45 dias – para que tenhamos o esboço de uma reforma política. Eu acho que esse assunto tem de ser debatido profundamente, para que não frustremos a expectativa de uma sociedade que espera que façamos desta vez não um remendo, mas uma reforma política profunda e completa, que estabeleça essa relação mais direta de cidadania e de representação de partidos políticos e de políticos na sociedade brasileira.

Também vivemos um momento, Sr. Presidente, de muita discussão neste Senado, não sei se por conta da votação do novo salário mínimo, mas também pela própria ação da Presidente Dilma no controle do ajuste fiscal para que a economia do País continue equilibrada.

Para tanto, pensa-se em investimentos consolidados, há uma preocupação com a inflação, com o ajuste fiscal. Fala-se em muitos números, dívida interna, PIB, balança comercial, tamanho do custo do Estado, juros altos, burocracia pública, extinguir, extirpar a corrupção pública, que faz com que recursos sejam desviados. Mas eu venho tratar aqui, hoje, de educação e de juventude, que também têm uma direta ligação com o momento econômico em que vivemos.

É verdade estabelecida que não se constrói uma nação desenvolvida sem o concurso de um sólido sistema educacional público. A cidadania, a inteligência e a riqueza econômica, assim como o bem-estar social de um país têm na escola a sua força, o seu fulcro, o

seu ponto de partida. É ali que tudo começa e tudo se constrói.

Essa afirmação é particularmente verdadeira se considerarmos o avanço científico e tecnológico, a complexidade e a competitividade a que os povos precisam se adequar nos dias atuais. Exemplos que demonstram a veracidade dessa assertiva são muitos mundo afora.

Um caso clássico é o da Coreia do Sul, um país pobre e dividido por uma guerra civil na década de 50, no qual um em cada três coreanos era analfabeto. Graças a um projeto educacional sério, que, inicialmente, privilegiou os oito primeiros anos de ensino, o país passou a crescer rápido, a uma taxa média de 9% ao ano.

Hoje, a Coreia do Sul é um país próspero e oito em cada dez sul-coreanos chegam à universidade. Produz uma grande quantidade de excelentes cientistas, o que lhe dá uma tremenda capacidade de inovação tecnológica. Por isso, a Coreia do Sul está pronta para entrar de forma consistente no Primeiro Mundo, na opinião de Isaac Roitman, membro titular da Academia Brasileira de Ciências.

Em meio à enorme competição do mundo contemporâneo, se olharmos exclusivamente pelo aspecto econômico, o Brasil desponta como um país que vem com força na disputa pelas posições de liderança no concerto das nações. Ao menos é o que relata os jornalistas brasileiros que estiveram no recente Fórum Econômico Mundial em Davos, na Suíça.

Segundo um desses relatos, palestrantes e executivos que circularam pelo Fórum foram quase unânimes em dizer que o novo papel de países como China, Índia, Brasil e Turquia se deve ao fato de que “sustentaram com êxito o crescimento global do ano passado”. Foi o que disse Charles Dallara, diretor-gerente do Instituto de Finanças Internacionais, que reúne 400 dos maiores bancos globais. “Mas com o sucesso, vêm os desafios”, acrescentou o executivo.

Nada mais verdadeiro, principalmente se pensarmos na sustentação desse crescimento econômico. Nada mais verdadeiro se pensarmos, particularmente, na qualificação dos recursos humanos de que necessitaremos para manter esse crescimento. Vários estudos demonstram claramente essa tese.

O economista Gustavo Ioschpe cita, por exemplo, pesquisa em que 76 países foram acompanhados durante 32 anos, entre 1960 e 1992. Sem entrar em detalhes, para não me alongar, fracassaram completamente os países que privilegiaram o crescimento econômico em detrimento do crescimento humano, medido este por uma combinação de indicadores de educação e saúde. De outro lado, seguindo a estra-

tégia inversa, ou seja, apostando no capital humano para fomentar o crescimento econômico, um terço dos países estudados chegou aos objetivos desejados no que diz respeito ao seu desenvolvimento.

Nesse sentido, sem trocadilhos, penso que o Brasil não está fazendo a sua lição de casa. Até avançamos no cumprimento de metas quantitativas no campo da educação, mas a escolaridade média da mão de obra nacional ainda é baixa, de acordo com comparações internacionais.

Numa situação de relativa escassez de oferta de força de trabalho, isso contribui para ganhos salariais incompatíveis com aumentos de produtividade, o que estimula a inflação no curto prazo e compromete o crescimento econômico no médio, segundo Paulo Paiva, ex-Ministro do Trabalho. Eis aí apenas um dos perigos do crescimento econômico sem sustentação adequada, no que diz respeito ao investimento na educação da população.

Aqui chegamos propriamente à questão central que desejo abordar neste pronunciamento, Sr. Presidente. Refiro-me ao correto tratamento dessa questão, que envolve, sem dúvida, a adequada formação da juventude brasileira, tanto para o mercado de trabalho, quanto para o exercício da cidadania.

Nesse sentido, é indiscutível o valor da educação. Assim o dizem os próprios jovens. Pesquisa recente, realizada pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômica (Ibase) e pelo Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais (Instituto Pólis), mostrou que a educação ocupa o primeiro lugar entre as preocupações dos jovens brasileiros.

Não é por acaso. Eles sabem muito bem que precisam ganhar a vida e que uma boa formação é indispensável para buscar um futuro melhor num mundo cada vez mais complexo e em constante transformação. Os números disponíveis, contudo, mostram uma situação extremamente desfavorável para eles.

Artigo recente do Professor José Pastore, professor de Relações do Trabalho da USP, aponta que, apesar de vivermos um momento muito bom no que diz respeito à oferta de emprego, 45% dos desempregados são jovens entre 15 e 24 anos. É um dado desolador, por si só, que mostra o drama vivido por nossa juventude.

A partir dos 18 anos, os que não vão seguir para o ensino superior precisam buscar emprego. Entre os que vão para a universidade, alguns trabalham enquanto estudam, especialmente os mais pobres, que precisam disso para ajudar a custear seus estudos. Os demais começam a se formar por volta dos 21 ou 22 anos de idade. Em todos os casos, os jovens precisam encontrar seu primeiro emprego.

É então que começa o drama da nossa juventude. Não há nada mais frustrante para o jovem do que ter nas mãos um diploma, após anos de estudo, e não conseguir trabalho. As consequências disso são terríveis, como apontarei adiante. Antes, vamos às causas dessa frustração.

Os jovens que terminam o segundo grau regular não receberam, na escola, qualquer preparação para o mercado de trabalho. E, pior, estão muito pouco preparados naquilo em que aprenderam nas nossas precárias escolas públicas, frequentadas pela maioria dos jovens brasileiros, dado o anacronismo e a carência do nosso sistema educacional.

Ainda de acordo com o professor Pastore, os que tiveram a fortuna de concluir o ensino superior também não conseguem o seu primeiro emprego em razão da precariedade das faculdades brasileiras – que não preparam adequadamente para o mercado de trabalho –, e da resistência das empresas em contratar jovens sem experiência.

A melhoria e a adequação do ensino ao mercado de trabalho são tarefas urgentes e de mais longo prazo. Mas há outra medida, passível de implementação mais rápida, que é o incentivo adequado às empresas para que contratem os jovens recém-formados e sem experiência.

Ainda segundo o professor Pastore, basta que se reduzam os custos, os encargos de contratação dos jovens nessa condição, iguais aos despendidos para contratar um profissional experiente, de 102,43% sobre o valor do salário. A redução desse percentual para cerca de 60% serviria, segundo ele, para quebrar o círculo vicioso entre a falta de contratação e a falta de experiência.

E aqui, Sr. Presidente, eu queria relatar, Senador Marcelo Crivella, que eu assistia ontem ao Jornal Nacional – e quero parabenizar a TV Globo e o Jornal Nacional –, a uma série de entrevistas denominada Caminhos do Desenvolvimento. E ontem, por coincidência, falavam da qualificação da mão de obra e principalmente dos Ifets. Nós temos que elogiar o Presidente Lula por essa ideia brilhante e pela dinamização e extensão dos Ifets a áreas e a regiões importantes que estão desassistidas. No Piauí mesmo, antes do Presidente Lula, nós tínhamos três Ifets; ao final do seu Governo, nós chegamos quase a 15, e precisamos de mais.

E a reportagem relatava que, em alguns cursos, principalmente em Estados da Região Sudeste, as empresas estão contratando alunos que estão entrando no Ifet, no seu primeiro ano. As empresas estão contratando essa mão de obra qualificada. Vi cursos, como Mecânica Ferroviária, em que todos os que assumi-

ram na turma ontem, primeiro dia de aula, já estavam contratados pela falta de qualificação e carência do mercado. Há um dado estarredor: nos próximos dez anos, o Brasil precisará de mais de 950 mil carreteiros. E hoje há transportadoras que compraram caminhões que, pela sua modernização, valem de R\$500 mil a R\$600 mil. Há um equipamento como esse, mas não há o motorista, o carreteiro qualificado para operar uma máquina tão moderna.

Então, vê-se a falta de qualificação profissional. Como consequência, Senador Marcelo Crivella, há inflação na construção civil pela escassez de mão de obra, de mestre de obras, de servente, de pedreiro. E isso faz com que esse custo seja repassado a nossa construção civil lá no Piauí. E tenho certeza de que no Rio de Janeiro, no Amapá não é diferente, de maneira alguma.

Então, também, eu trato, nesse tema educação, a inflação gerada pela escassez da mão de obra e a baixa qualificação da mão de obra. Um aparte a V. Ex^a.

O Sr. Marcelo Crivella (Bloco/PRB – RJ) – Senador João Cláudino, eu não poderia deixar de vir aqui para aplaudi-lo. O pronunciamento de V. Ex^a é o pronunciamento de um estadista, aquele que consegue enxergar o País no seu futuro. Nós políticos somos assim, nós enxergamos o futuro. O Judiciário julga o passado, o povo está preocupado em sobreviver, pensa no presente. V. Ex^a vislumbra o Brasil através dos olhos da educação. A Bíblia nos ensina, no livro de Provérbios, a amar a sabedoria. Ela estava com Deus na criação do mundo. De tal maneira que os evangélicos no mundo inteiro se caracterizam por estudar a vida toda – em casa, no trabalho, na igreja; estudar a Bíblia, sobretudo. Ensinam as crianças a ler e escrever. E isso tem mostrado, nos países de clima temperado, o avanço que eles tiveram pela educação. Não têm os mesmos recursos, eu diria, naturais que nós temos, mas se devotaram à causa da educação. Na África, onde eu vivi, na África do Sul e na África em geral, se o senhor for às construções, verá que elas são modestas, mas muito benfeitas. Lá os pedreiros – homens e mulheres – têm escola de pedreiro. Então, eles aprendem a fazer paredes redondas, arcos, paredes se ligando de várias formas. A construção é espetacular, embora os países não tenham os recursos que temos. Aqui a formação do pedreiro é historicamente no canteiro de obra, primeiro carregando tijolo, depois misturando a massa, depois aprendendo a botar o prumo, um tijolo em cima do outro. Mas, depois, por falta de uma escola de prática, essa parede torta vai ficar num nível com uma massa de espessura enorme, gastando um material que não precisava, causando inflação. E é uma pena, porque

isso, muitas vezes, demora mais tempo e fica muito malfeito; a colocação de ladrilhos, o próprio concreto. Você vê que nossas calçadas, no Brasil inteiro, são todas quebradas; nossas ruas são péssimas, esburacadas. Digo isso como engenheiro civil. Os engenheiros, no Brasil, têm excelente formação. As colunas, as lajes, as vigas, a fundação e o estaqueamento das obras no Brasil são muito mais econômicas do que o código de obras da Europa. Lá, eles são muito mais conservadores do que nós. Aqui, alcançamos grandes vãos. Temos obras bonitas, como Brasília, que é um monumento da força criativa da nossa raça. Mas, quando vamos para pedreiro, carpinteiro, servente, eletricista, bombeiro, ladrilheiro, pintor, gesseiro, são pessoas formadas no suor do campo de batalha. E aí falta, realmente, saber fazer a conta, calcular, ter visão espacial, levantar dimensões e também quantidades. V. Ex^a toca num assunto extraordinário. Precisamos, e urgentemente, devotar-nos a isso. O Presidente Lula deu os primeiros passos, mas cabe a nós, aqui, abanar essa chama e fazer com que esse fogo permaneça aceso no nosso País. Parabéns a V. Ex^a e desculpa por ter sido demorado. O Regimento me dá dois minutos para o aparte, mas demorei pelo entusiasmo de ver V. Ex^a, numa frase lapidar, dizer: "Olha, não adianta crescimento econômico sem crescimento humano. E os índices são saúde e educação". Parabéns!

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Eu é que agradeço o aparte de V. Ex^a, que enriquece meu pronunciamento. Por isso, essa ideia do professor José Pastore, Senador Marcelo Crivella, ou seja, reduzir o encargo social para que as empresas ajudem, participem, de maneira efetiva, na formação, na qualificação da mão de obra que ela mesma irá utilizar. Quer dizer, será uma formação já com a garantia do trabalho. Então, isso será um alento muito importante, e vimos isso, ontem, na reportagem do Jornal Nacional.

Mas o que se vê, enquanto nada disso ocorre, é a tragédia em que se encontra mergulhada a nossa juventude. Frustrada, sem emprego, sem dinheiro e sem perspectiva de vida melhor à vista, torna-se presa fácil das drogas, da violência, de toda sorte de infortúnios, como gravidez precoce e, muitas vezes, desamparada.

Não me parece necessário citar dados sobre a epidemia das drogas, de tão evidente que ela é, mas há outros números a considerar. Entre 1979 e 2008, as armas de fogo mataram 550 mil pessoas no Brasil. Precisamente os jovens entre 15 e 24 anos foram as maiores vítimas, somando 37,5% do total, segundo estudo do sociólogo Julio Jacobo Waiselfisz.

O número de bebês, com mães de menos de 15 anos, aumentou 29% entre 1994 e 2005, de acordo

com estudo do Unicef. O próprio Unicef correlaciona o nível educacional das jovens com gravidez precoce, o que mostra outra grave consequência do nosso péssimo sistema educacional.

Números do Ipea, publicados na semana passada, também confirmam o óbvio na relação entre educação e emprego: o nível educacional das pessoas garante melhores chances de emprego. Segundo o Ipea, o número de desempregados caiu 31,4% entre 2005 e 2010, mas, entre os 10% que têm os menores rendimentos, que recebem menor remuneração por trabalho, não houve queda, e, sim, aumento. Então, quanto melhor a qualificação, melhor a remuneração. O que houve foi uma crescente oferta de emprego. E, para aquele com menor qualificação, que recebe menor remuneração, o que houve foi um desemprego maior. O desemprego para essa faixa de menor remuneração, com mais baixa qualificação, cresceu 44,2% (subiu de 23,1% para 33,3%), segundo o Ipea divulgou na semana passada.

Na outra ponta, entre os 10% que ganham mais, o desemprego caiu 57,1% (de 2,1% para 0,9%). Então, quanto mais qualificado, melhor o rendimento, melhor a remuneração, e a oferta de trabalho é muito maior. Está aí o mercado, precisando, cada vez mais, de trabalhadores qualificados.

Quanto à desigualdade, no período entre 2005 e 2010, entre essas duas pontas – o melhor qualificado e o pior qualificado –, a relação de desemprego entre os que ganhavam menos e os que ganhavam mais era de 11 vezes em 2005. Em 2010, passou para 37 vezes a diferença do salário de quem ganha menos, com baixa qualificação, e aquele que ganha mais, com uma excelente qualificação.

Como se vê, a chance da solução da maior parte dos problemas da nossa população e, particularmente, dos jovens está numa profunda reforma do nosso sistema educacional público, que possa adequá-los ao mercado de trabalho, às necessidades de crescimento econômico e social do País e à formação dos quadros científicos de que precisaremos se quisermos ocupar lugar de destaque no concerto das nações.

A Presidente Dilma Rousseff anunciou, como prioridade principal do seu Governo, o combate à miséria. Trata-se de decisão indiscutível, na medida em que a miséria envergonha qualquer nação do mundo, em qualquer instância. Mas é certo, no entanto, que a miséria não será jamais combatida de forma consistente e sustentável sem o concurso de um sistema educacional público, capaz de responder às reais necessidades da Nação brasileira.

Todo o desenvolvimento de uma nação pode e deve ser construído na escola, desde os primeiros

cuidados com as crianças ainda em tenra idade. Sem esse recurso, faltarão os alicerces para a construção de uma sociedade saudável e rica. A juventude estará perdida e, com ela, estará perdido o futuro do País.

Muito obrigado.

Era o que eu tinha a registrar nesta manhã.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. Bloco/PMDB – AP) – Senador João Vicente Claudino, a Mesa registra as congratulações e os parabéns a V. Ex^a pelo pronunciamento desta sexta-feira. São considerações importantíssimas e subsídios para o Governo Federal se ajustar e se incentivar com as considerações do pronunciamento inflado de V. Ex^a. Portanto, a Mesa registra os parabéns a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. Bloco/PMDB – AP) – Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

OF. Nº 43/2011/GLPTB

Brasília, 17 de fevereiro de 2011

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, comunico a Vossa Excelência que o Partido Trabalhista Brasileiro – PTB cedeu, provisoriamente, ao Partido Verde – PV uma vaga de Suplente a que tem direito na Comissão de Educação – CE.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protesto de estima e consideração. – Senador **Gim Argello**, Líder do PTB.

OF. Nº 44/2011/GLPTB

Brasília, 17 de fevereiro de 2011

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, comunico a Vossa Excelência que o Partido Trabalhista Brasileiro – PTB cedeu, provisoriamente, ao Partido Verde – PV uma vaga de Titular a que tem direito na Comissão de Assuntos Sociais – CAS.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protesto de estima e consideração. – Senador **Gim Argello**, Líder do PTB.

OF. Nº 45/2011/GLPTB

Brasília, 17 de fevereiro de 2011

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, comunico a Vossa Excelência que o Partido Trabalhista Brasileiro – PTB cedeu, provisoriamente, ao Partido Verde – PV

uma vaga de titular a que tem direito na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. – Senador **Gim Argello**, Líder do PTB.

OF. Nº 46/2011/GLPTB

Brasília, 17 de fevereiro de 2011

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, comunico a Vossa Excelência que o Partido Trabalhista Brasileiro – PTB cedeu, provisoriamente, ao Partido Verde – PV uma vaga de Titular a que tem direito na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protesto de estima e consideração. – Senador **Gim Argello**, Líder do PTB.

OF. Nº 47/2011/GLPTB

Brasília, 17 de fevereiro de 2011

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, comunico a Vossa Excelência que o Partido Trabalhista Brasileiro – PTB cedeu, provisoriamente, ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB uma vaga de Titular a que tem direito na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protesto de estima e consideração. – Senador **Gim Argello**, Líder do PTB.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. Bloco/PMDB – AP) – Os ofícios que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. Bloco/PMDB – AP) – A Mesa recebe o Ofício GLPMDB nº 049/2011, agora, da data de hoje:

Sr. Presidente, nos termos regimentais, tenho a honra de encaminhar a V. Ex^a os nomes dos Senadores Vices-Líderes do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB): Senadores Vital do Rêgo, Eduardo Braga, Gilvam Borges, Waldemir Moka, Ricardo Ferraço, Casildo Maldaner.

Na oportunidade, renova a V. Ex^a votos de apreço e consideração. – Líder do PMDB, Senador Renan Calheiros.

É o seguinte o ofício recebido:

OF. GLPMDB Nº 49/2011

Brasília, 17 de fevereiro de 2011

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência os nomes dos Senadores Vice-Líderes do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB.

Senadores: – **Vital do Rêgo** – **Eduardo Braga** – **Gilvam Borges** – **Waldemir Moka** – **Ricardo Ferreira** – **Casildo Maldaner**.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. Bloco/PMDB – AP) – A Mesa encaminha à publicação nos procedimentos, na liderança da Drª Cláudia.

Convido a cessar as ligações, por meio do celular, o Senador Crivella. E peço que se posicione para assumir a tribuna, por gentileza.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, V. Exª traz a esta Casa a majestade da figura de Dom Pedro II, o mais conspícuo de todos os brasileiros. Sentado, solenemente, à mesa, como Presidente da nossa sessão, V. Exª nos traz a lembrança do grande brasileiro Dom Pedro II, o mais conspícuo, na sua época, dos brasileiros.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Srªs e Srs. Senadores, Srªs e Srs. telespectadores da TV Senado, Srªs e Srs. ouvintes da Rádio Senado, ilustres visitantes e servidores desta Casa, a **Folha de S.Paulo**, verdadeiro baluarte nacional na luta pela liberdade da informação, completa 90 anos de existência. É um fato importante. Atravessou crises econômicas, que não foram pequenas, dilúvios de ódios e de paixões, que fazem parte da política brasileira. A **Folha de S.Paulo** está completando 90 anos! Esse é um marco para nós, um alento para todos os brasileiros, porque mostra que, nesses 90 anos, mesmo com momentos de exceção, em que fechamos o Parlamento, em que fomos governados por ditadores – atravessamos momentos difíceis, de intensas crises econômicas, financeiras e cambiais –, temos a celebrar um órgão da imprensa que resistiu a isso tudo, mostrando que o povo brasileiro ama, realmente, a liberdade, a justiça e a democracia.

São 90 anos de existência e de vigília incansável, para que os brasileiros tenham acesso a um veículo confiável de comunicação. A excelência do jornal é demonstrada em números. Por 25 anos, a **Folha** manteve a liderança no número de exemplares vendidos no Brasil. Atualmente, é um dos jornais de maior

circulação do País, além de ser, inegavelmente, um dos mais influentes.

O jornal começou a circular em 19 de fevereiro de 1921, com o nome de **Folha da Noite**. Seus fundadores foram Olival Costa e Pedro Cunha. Em 1925, foi criada a **Folha da Manhã**, edição matutina da **Folha da Noite**.

Por ter apoiado a candidatura de Júlio Prestes, um paulista, à Presidência da República, o jornal foi empastelado, isto é, depredado e fechado, em 24 de outubro de 1930, quando saiu vitoriosa a revolução que colocou no poder o gaúcho Getúlio Vargas. Mas foi breve esse período, esse ato. Esse eclipse foi curto. Em janeiro de 1931, o jornal foi vendido para Octaviano Alves Lima, cafeicultor, que priorizou a defesa dos interesses dos produtores agrícolas. Além disso, adotou a linha editorial de defesa do liberalismo e de oposição ao Estado Novo. Contou, no período da ditadura Vargas, com nomes de expressão como Diógenes de Lemos Azevedo; Guilherme de Almeida, considerado o Príncipe dos Poetas Brasileiros; e Rubens do Amaral. A tiragem diária saltou de 15 mil para 80 mil exemplares, um número respeitável para os anos 30.

Em 1945, o controle da companhia, que já se denominava Empresa **Folha da Manhã**, passou para as mãos de José Nabantino Ramos. Como o jornal era voltado para a classe média, adotou-se a imparcialidade como linha editorial e a defesa do ensino público e da cédula única. Em julho de 1949, foi lançada a edição vespertina, com a denominação de **Folha de S.Paulo da Tarde**.

Em 1953, a empresa transferiu suas atividades para o prédio ocupado ainda hoje, na Alameda Barão de Limeira, onde funciona a administração, a redação, a publicidade e as oficinas de composição e impressão. Lá se encontram, atualmente, os jornais do grupo: **Folha de S.Paulo** e **Agora**. Lá também funcionou o jornal **Notícias Populares**, que foi publicado entre 1963 e 2001.

Uma nova fase teve início em 1º de janeiro de 1960, quando houve a fusão das três **Folhas (da Manhã, da Tarde e da Noite)**, quando foi adotada a denominação que conhecemos atualmente: **Folha de S.Paulo**.

Em agosto de 1962, Octávio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho assumiram o controle da empresa **Folha da Manhã**. A família Frias se encarregou de manter o jornal com a qualidade com que ele chegou ao seu 90º aniversário e que o mantém entre os jornais de maior circulação do nosso Brasil.

Em 1973, demonstrando seu pioneirismo em avançar no mundo da informação, a empresa criou o Banco de Dados de São Paulo, destinado a armaze-

nar os arquivos de foto e de texto, e a biblioteca da empresa.

Creio que V. Ex^{as}s hão de convir que a democracia depende, e muito, de uma imprensa independente. Por isso, temos de reconhecer a importância do papel assumido pela **Folha de S.Paulo** para a redemocratização do nosso País, quando se encontrava em plena vigência o regime militar, imposto em abril de 1964.

Em 1975, sob a direção do jornalista Cláudio Abramo, o jornal começou a se destacar por adotar um posicionamento político que não agradava os militares e também por permitir a publicação de textos que divergiam do Governo. Exemplo disso foi a criação, no dia 22 de junho de 1976, da seção denominada Tendências/Debates, um espaço destinado à publicação de artigos de intelectuais e de políticos perseguidos pelo regime militar.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, desde os anos 80 do século passado, a **Folha** é um dos jornais de maior destaque do País. Em 1983, tornou-se a primeira redação informatizada da América do Sul, com a instalação de terminais de computadores para a redação e a edição de textos. Em 1984, mais uma vez, a **Folha** se destaca ao criar o Manual de Redação, no que se expõe uma concepção do jornal, da política editorial às fases da produção.

A **Folha de S.Paulo** destacou-se em relação aos demais veículos de comunicação na campanha das Diretas Já, o que resultou na criação de um documento interno denominado *A Folha depois da Campanha Diretas Já*, no qual se propunha um modelo de jornalismo crítico, pluralista, apartidário e moderno.

O dinamismo de um jornal de incontestável sucesso e independência não deixa de incomodar certos setores do poder político. Dessa forma, em março de 1990, a **Folha** foi invadida por agentes da Polícia Federal, num gesto de truculência, sob o pretexto de busca de irregularidades administrativas.

Em 1993, a **Folha** tinha uma tiragem de 420 mil exemplares durante a semana e de mais de 700 mil aos domingos. Em 1994, com o lançamento de fascículos encartados do **Atlas Folha/New York Times**, a tiragem dominical, Sr^{as}s e Srs. Senadores, atingiu a marca quase inacreditável de 1.117.802 exemplares, que a transformou no primeiro jornal brasileiro a superar a marca de um milhão de exemplares, com direito a registro no **Guinness Book**, o *Livro dos Recordes*, na edição de 1996. Foi algo que impressionou o mundo: a edição de domingo de um jornal de um País ainda em desenvolvimento vendeu mais de um milhão de exemplares.

A **Folha de S. Paulo** continua mantendo-se em primeiro lugar no que diz respeito à tiragem dos jor-

nais brasileiros. Novos tempos, novos meios de comunicação, e a **Folha** mantém seu o pioneirismo. Em abril de 1996, foi lançado o primeiro serviço *online* de grande porte no Brasil, o Universo Online – UOL, em caráter experimental, com acesso aberto a todo usuário da Internet. Em setembro, deu-se a fusão com o Brasil Online – BOL, do Grupo Abril, dando origem a uma nova empresa, a Universo Online S.A., a primeira associação entre dois grandes grupos de comunicação do País.

Desde meados dos anos 90, o Grupo Folha dispõe de um moderníssimo parque gráfico, localizado em Tamboré, na cidade de Barueri, a 35km de São Paulo, o Centro Tecnológico Gráfico – Folha (CTG-F), considerado, para orgulho nosso, o maior da América Latina. Lá são realizados, atualmente, os trabalhos de impressão dos jornais **Folha de S. Paulo**, **Agora** e **Valor Econômico**, este último, de criação relativamente recente. Aliás, o **Valor Econômico**, especializado em economia, como diz o nome, é resultado da associação também de dois grandes grupos de comunicação: o **Grupo Folha** e o **Infoglobo**, do Rio de Janeiro, da minha terra. Essa publicação, **Valor Econômico**, foi lançada em 2 de maio de 2000 e demonstra preocupação em atender segmentos específicos de mercado. É impresso, simultaneamente, em Barueri – os exemplares ali produzidos circulam em São Paulo – e em Duque de Caxias, cujos exemplares circulam no Rio de Janeiro.

Sr^{as}s e Srs. Senadores, era necessário traçar, ainda que de forma bastante resumida, a trajetória histórica desse importantíssimo veículo de comunicação em que se transformou a **Folha de S. Paulo**, para que V. Ex^{as}s pudessem melhor avaliar a seriedade com que sempre se conduziu, no afã de manter bem informados os brasileiros. Sua isenção e sua luta pela independência como instrumento de informação a fazem merecedora das maiores homenagens deste Parlamento no seu 90º aniversário.

Meus votos são de que o objetivo que sempre norteou os editores, no sentido de fornecer aos leitores informação isenta e completa, seja perseguido sempre, com a seriedade e a competência já conhecidas e consagradas pelos leitores brasileiros.

Então, permiti-me submeter aos Srs. Senadores o requerimento de uma sessão solene, para que pudéssemos festejar não apenas os 90 anos desse grande jornal, mas também os 90 anos em que os brasileiros conseguiram manter a liberdade de imprensa viva e atuante, é verdade que com alguns melancólicos eclipses. Inclusive, o Senador Suplicy, que é de São Paulo, também um entusiasta dessa sessão solene – há pouco, falávamos pelo telefone –, ressaltava que não se

trata apenas da celebração dos 90 anos de um jornal, mas também da celebração de 90 anos em que, com todas as dificuldades dos processos de nossa evolução social, econômica, política, pudemos manter acesa a chama da liberdade, numa das suas mais importantes características, que é a liberdade da imprensa.

Hoje, antes de terminar, Sr. Presidente, eu gostaria de citar – está na página C-13 da **Folha** de hoje – um assunto muito interessante, que diz: “DNA de negros e pardos do Brasil é muito europeu”. É interessante. Permitam-me trazer aqui uma reminiscência.

Todos sabemos que o Brasil era habitado pelos índios quando chegaram os portugueses e quando chegaram também os franceses, sobretudo na minha terra, na Ilha de Villegagnon. Para os europeus do norte, os anglo-saxões, as mulheres de pele escura tinham uma conotação de sub-raça. Em todo o Renascimento, as pinturas dos grandes mestres europeus retratavam os anjos e os santos e até a Virgem Maria, que era uma dama ilustre, mas do Oriente Médio, como loiros, como pessoas de olhos claros. Os anjinhos sempre eram retratados de cachinhos dourados. A pele morena não era prestigiada.

Villegagnon punia com morte seus companheiros que fornicassem com as índias, que eram generosas nesse aspecto e que receberam com furor uterino os portugueses. Eram as mães dos primeiros heróis, porque as mulheres brancas que vieram da Europa não sabiam criar filhos no clima tropical: com seu cueiro, com sua mantinha, aqueciam os bebês, que pegavam infecção no ouvido e na garganta e morriam. As índias, naquela ocasião, já tomavam dez banhos por dia. O português, o francês, o alemão que aqui chegaram no século XVI não se lembravam a última vez que tinham tomado um banho. As índias nos dão os curumins, que estão na gênese do heroísmo da nossa raça. Foram eles que vararam aquelas matas espessas, subiram e desceram montanhas, fugiram de cobras e de onças, atravessaram a caatinga e os sertões, balizaram uma das maiores geografias do mundo, a golpes de tenacidade e de bravura, e nos deram uma gênese extraordinária no concerto das nações.

Todos sabem que a riqueza do Brasil começa com a cana-de-açúcar e chega ao nosso tempo com o café. A cana-de-açúcar era produzida pelo negro, bem como o café. Os negros vieram da África para nos ajudar. Os negros têm sua característica própria. Se os índios eram pé de vento, se os índios queriam caçar, pescar, entrar pelas matas, viver aventuras, a índole do homem africano – digo isso como quem viveu dez anos na África –, a índole que vinca a alma do povo africano é mais dada à rotina, à permanência, à persistência, ao trabalho do dia a dia, que, muitas vezes,

não é, eu diria, a vocação nem da raça branca nem da raça vermelha. Então, foram os negros que enfrentaram a epopeia de plantar e colher a cana, de levá-la até o engenho, de purgar o açúcar, de suportar a senzala. E fizeram isso em regime de trabalho de doze horas por dia, de sete dias por semana e de doze meses por ano, em mais de 350 anos.

Nossos avós, nossos antepassados, todos sabemos, diziam – isso está nos livros; aqui, não quero tecer qualquer comentário de valor aos meus pais, aos meus avós, aos meus antepassados, a quem devo este País na grandeza e até este Senado e esta tribuna – que as mulheres brancas eram para casar, que as índias eram para o amor, que as negras eram para trabalhar. Mas as negras, que trabalharam muito e construíram este País, tinham também um sentimento que encontrei na África: a mulher africana quer ter um filho por ano, e não é muito relevante quem seja o pai; o importante é o filho. A estrutura de família é algo ainda em formação na África, por questões referentes ao lobola, por questões tribais, por questões de tradição. Isso nos trouxe uma grande tragédia, que foi a Aids, devido realmente ao fato de os homens terem muitas mulheres e ainda viverem, sobretudo na área rural, no sistema da poligamia. Pois bem, as mulheres negras nos deram muitos filhos. Não nos negaram nem o trabalho, nem o esforço, nem os seios, porque não há um de nós que, em quaisquer dos ramos de sua família, dos seus antepassados, não tenha sido amamentado por uma mãe negra.

Sr. Presidente, tudo isso se fundiu nesse caldeirão racial, onde, há quinhentos anos, forma-se a alma e o homem brasileiro. O estudo que está à página C-13 da **Folha** de hoje devia ser lido por todos os brasileiros. Vejam o que diz a **Folha de S.Paulo**: “Variação de região para região do país é baixa”. Em termos de herança genética, é pequena a variação. E nos adverte sobre a cor da pele. Meu Deus, quantas guerras se travaram por causa da cor da pele!

Os portugueses que vieram para cá se encantaram com as índias porque, sabemos, a Península Ibérica é a esquina do mundo. Ali passaram celtas, godos, visigodos, romanos, mas passaram os mouros também, que vieram da Mauritânia, que eram árabes, cujas mulheres eram muito bonitas, de cabelos negros, de olhos negros, e fizeram, então, todos os devaneios do espanhol e do português, que lhes eram escravos. Então, eles não eram como os anglo-saxões, que consideravam as mulheres de pele escura uma sub-raça. Aqui, apaixonam-se pelas índias e pelas africanas, embora a civilização portuguesa também nos tenha trazido a sífilis, o que foi terrível para o princípio da nossa constituição genética.

Aqui, diz-se que, dos milhões e milhões de genes do código genético do nosso DNA, a cor da pele se

relaciona a poucos genes. Portanto, esse é um parâmetro enganoso. Aqui, o repórter, muito feliz – quero parabenizar a **Folha de S.Paulo** –, mostra que, no Brasil, brancos, pardos e negros, todos eles têm uma constituição genética muito semelhante.

Vou citar um dado: um negro do Rio Grande do Sul, por exemplo, o Paim, tem 43% de DNA europeu, 44% de DNA africano e 1% de DNA indígena. Já o negro, no meu Rio de Janeiro, é um pouquinho mais africano, apenas 5% a mais: 40% do DNA dele é europeu, e tem um pouquinho menos de índio. No Pará – é interessante, que coisa! –, o DNA europeu dos negros é muito maior do que o africano.

Quero dizer para os senhores o seguinte: fui missionário na África durante dez anos e eu já havia descoberto essa questão do DNA antes dos cientistas.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Marcelo Crivella, permita-me um aparte?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Já vou lhe conceder um aparte, Senador Mozarildo. V. Ex^a é um homem da Medicina. Eu já havia descoberto isso e vou explicar a V. Ex^a por quê.

Na África, em 1993, ainda na época do Apartheid, fui missionário. Houve um certo, vamos dizer assim, constrangimento tanto por parte dos negros como dos brancos. O corretor de imóveis que procurei para me ajudar a encontrar o salão – eu era missionário, precisava de um local – disse: “Onde é que você está pensando em procurar o salão?”. Falei: “Em frente à estação”. Ele falou: “Como?”. Isso ocorreu numa cidadezinha chamada Durban, na Zululand. Ele disse: “Como? Que estação?”. Eu disse: “Estação de trem”. “Ah, o senhor deve estar brincando comigo”. Eu disse: “Por quê?” “Porque ali é área dos negros. Nasci aqui, tenho 32 anos, nunca fui lá. Eu nunca fui lá!” E era uma distância de cinco quilômetros de onde estávamos sentados, conversando.

Era o Apartheid absoluto, inexpugnável, na alma, na letra da lei, na cultura. Em todos os lugares, encontrava-se a separação, até mesmo na praia! Havia a praia dos brancos: por dez quilômetros, não podia haver mais ninguém. Havia a praia do índio e a praia do negro. Havia os bairros brancos, negros, indianos, bem como as escolas brancas, negras e indianas. No comércio e nas praças, nem o branco podia entrar nos do negro, nem o negro podia entrar nos do branco. Era um Apartheid completo. Então, não me conformei com aquilo e fui sozinho. E, sozinho, abri o nosso primeiro local de trabalho.

Os negros vinham, olhavam e não queriam entrar. Por quê? Porque achavam muito suspeito: como é que esse branco está aqui tentando falar de Deus, falar de Jesus! Eles, então, não vinham. Para os brancos,

eu era, talvez, um ingênuo, um desinformado. Para os negros, eu era um suspeito.

Com um ano, nós já reunímos 50 mil pessoas nos estádios e, de alguma forma, aquela população negra, na minha maneira de ser – minha e dos outros que foram comigo –, na maneira de falar, de cantar, de pregar, via alguma negritude, via alguma afinidade. E as barreiras caíram, quebraram. E não só na África do Sul, mas encontrei a mesma coisa no Maláui, no Zimbábue, no Quênia, em Uganda, no Lesoto, na Suazilândia, na Costa do Marfim, em Madagáscar, aonde fui. Em todos os lugares, as barreiras caíram, porque o brasileiro é isto: ele não é vermelho, não é branco, ele não é negro, ele é tudo isso e muito mais, de tal maneira que no passaporte brasileiro você pode colocar o nome que quiser e a fotografia que quiser.

Acho que, neste mundo globalizado, o imenso sucesso que o Presidente Lula fez foi exatamente por isto: por não ter vergonha de ser brasileiro, por em todas as ocasiões falar português, vestir-se como brasileiro, ser um brasileiro na alma e trazer uma identidade subjetiva e extraordinária com todos os povos.

Então, dou este depoimento, Senador Mozarildo. Lá, quando começamos a ter muitas pessoas indo à igreja, as coisas cresceram. Nós precisávamos trazer mais brasileiros, e alguns dos brasileiros que foram eram negros. As mulheres brasileiras chegaram lá e tinham o cabelo bonito, como elas têm aqui. As africanas ficaram encantadas. Então, até nas ruas, no supermercado, de repente vinha uma africana, botava a mão no cabelo das brasileiras e dizia: “Como é que é isso? Como é que vocês conseguiram isso?”. E as brasileiras então diziam: “Olha, lá no meu país, o Brasil, nós temos produtos que nós aplicamos”. E elas diziam: “Mas que produtos são esses?”. Diziam: “É o henê”. E elas não sabiam o que era isso. Então, quando eu vinha ao Brasil, as africanas esposas dos pastores e membros da igreja diziam: “Ó Pastor, traz para nós os produtos, traz para nós os produtos”. E eu, então, naquela ocasião, entre 93 e 94, descobri a existência do henê. E levei. Eu me lembro de que havia Pelúcia, Primícia, Marú. Eram vários tipos. Eu levava para elas, porque elas queriam, elas pediam, encorajavam. Só que, quando elas aplicavam no cabelo delas, era um Himalaia de frustração. Aliás, um Himalaia não, errei a palavra; não era um Himalaia, era um Kilimanjaro – nós estávamos na África – de frustração, porque no cabelinho delas o produto não fazia nenhum efeito, não tinha nenhum resultado. E elas ficavam tristes, elas brigavam comigo: “Mas o senhor não trouxe os produtos!”. Eu dizia: “Eu trouxe, mas acontece que as brasileiras, mesmo com a pele mais escura do que uma xhosa, uma tswana, uma shangaan, uma pédi, uma zulu, as brasileiras já estão misturadinhas há muito tempo”. Elas já não são mais africanas na sua raiz, no seu DNA e na

sua gênese, porque isso não existe mais no Brasil. Está aqui, hoje. Isso eu já tinha descoberto em 1993, mas a ciência agora veio comprovar minha tese. Às vezes, a ciência atrasa um pouco – com o perdão da brincadeira.

Mas este é o fato: este é o Brasil que amamos, e é este povo extraordinário que há de construir a Nação dos nossos sonhos. As pessoas às vezes fazem muita propaganda dos Estados Unidos, do Canadá e dos países da Europa. Quero ver um exemplo de qualquer raça anglo-saxã nos trópicos. No clima temperado, tudo bem! Mas quero ver aqui, onde a gente já levanta com o suor pingando nos olhos, onde sentimos a febre de todas as doenças tropicais e o tempo todo é esse enxame de bichos. Se a gente vai colher uma goiaba, ela já tem bicho. São bactérias e fungos comendo nosso dedo do pé, o branco dos olhos, os vasos linfáticos da virilha e das axilas. Somos um povo extraordinário, que vencemos tudo e todos, com uma capacidade de trabalho extraordinária e, sobretudo, com a nossa fé em Deus.

Então, está aqui, Senador Mozarildo, uma reportagem muito bacana que mostra que, no Brasil, de maneira nenhuma, qualquer política ou espírito de segregação, racismo e discriminação jamais vai ecoar na alma do povo brasileiro. Por quê? Porque nós todos somos, neste caldeirão, uma mistura. E mesmo aqueles... Enganam-se. Aqui está dizendo: a pele é parâmetro enganoso. Estou dizendo, está aqui: os negros do Pará têm DNA mais europeu do que africano.

Senador Mozarildo, por favor.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Marcelo Crivella, quero cumprimentá-lo, parabenizá-lo mesmo pelo assunto que traz à tribuna do Senado, embora se baseando em uma reportagem, porque é importante ter uma base para mostrar todo o conhecimento que V. Exª também já tinha sobre o assunto. Eu fico feliz. V. Exª, pelo lado religioso, tem esse espírito humano, eclético, em relação a essa questão; e eu, como médico, também. Esse estudo sobre o DNA do brasileiro, que já tinha sido publicado anteriormente, mostra claramente como, na verdade, nós temos uma outra raça, nós temos a raça brasileira, que é fruto dessa miscigenação de europeus, de índios, de negros, que deu realmente essa qualidade a nós, brasileiros, de sermos um povo que herdamos dos índios a paciência, a tranquilidade; que herdamos dos negros a força, a capacidade de trabalho; e herdamos dos europeus algumas virtudes também. Então, eu fico preocupado é quando vejo algumas pessoas, algumas instituições, quererem racializar o Brasil, segregar o Brasil por raças, criando, por exemplo, quilombos, criando reservas indígenas. Eu não discuto. Se um grupo de negros quer viver em uma área em que

tenham mais tranquilidade, mais condições de trabalhar, perfeito! Eles querem. A mesma coisa os índios: querem ter uma área deles, uma terra para produzir? Também concordo. Acho que não poderia haver falta de respeito a isso. No entanto, é muito perigoso quando se estimula esse tipo de coisa e começa a haver, aí sim, um certo apartheid, e até um certo... Eu não diria ódio, mas pelo menos aversão a essa ou àquela categoria, a essa cor. Aprendi na Medicina que a cor da pele só serve para indicar que algumas doenças incidem mais nos mais claros – por exemplo, câncer de pele incide muito mais em pessoas de pele clara – e algumas doenças, como anemia falciforme, mais em pessoas de pele negra. Mas só esse indicador é que vale, o resto não vale. Para mim, portanto, é muito importante que tenhamos essa consciência, e até uma consciência maior: de que isso causa inveja a muitos países grandes, desenvolvidos, porque eles não foram capazes de fazer essa miscigenação de maneira... Eu sei que, no passado, podem ter havido injustiças e tal, mas, de qualquer forma, essa coisa foi evoluindo, e hoje nós temos um povo que é assim: bom, trabalhador, capaz e, sobretudo, um povo que não tem essas coisas que vemos no mundo todo, esses ódios por religião, por cor, por categoria social. Nós somos realmente um povo abençoado. E, talvez por causa dessa carga genética que nós temos, nós temos essa característica. Dizem: "Ah, o brasileiro tem o jeitinho brasileiro", exatamente porque o brasileiro é tolerante, é capaz de encontrar sempre uma saída que não seja a guerra, que não seja a briga. Criticam até que nós fizemos a Independência sem lutar. Fizemos da maneira mais inteligente possível: dialogando, concedendo e amarrando uma independência pacífica. Parabéns, portanto, pelo tema!

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Obrigado, Senador. V. Exª disse que não devemos nos repartir nem em quilombos nem em reservas. V. Exª tem toda razão. Nós respeitamos e queremos nos redimir da nossa dívida com negros e com índios. Mas não é separando, não é dilacerando aquilo que... E também não é desrespeitando os nossos princípios cristãos.

Há nesta Casa o PLS 122, que foi arquivado na legislatura passada e agora volta à discussão. Por que foi arquivado? Porque não conseguiu tramitar em nenhuma Comissão. Mas por que não tramitou? Simplesmente porque proíbe a pregação da Bíblia como ela é. Todos os parlamentares – e o brasileiro, na sua índole – respeitam a decisão, a preferência sexual de cada um. E não aceitamos que sejam eles, homens ou mulheres, vilipendiados na sua decisão, ridicularizados, diminuídos, subalternizados, de jeito nenhum. Isso a lei pune. Não só em relação a eles, como a

qualquer outro brasileiro de qualquer outra situação. Mas o problema é que a lei não avançou porque ela criminaliza a Bíblia. Ela prende o sacerdote cristão e o pastor evangélico por dizer aquilo que a Bíblia diz: o homossexualismo é um pecado.

Ora, nós podemos, com muitas lutas, conseguir maioria para votar em dois turnos e aprovar uma emenda à Constituição, mas nós não vamos conseguir fazer uma emenda à Bíblia. Nós não vamos poder. Ah, não vamos! Não será possível, não será viável. Pelo contrário, o povo brasileiro... aquele curumim foi o primeiro a vir para as escolas dos jesuítas. Durante quatrocentos anos neste País, cada vez que um galeão aportava a um cais brasileiro, subia um frade, e as pessoas, então, podiam ser até de qualquer nacionalidade, podiam ter qualquer característica física, mas o frade perguntava: "Você é católico? Você sabe fazer o sinal da cruz?". Então, por quatrocentos anos, a unidade que havia da Nação brasileira era o catolicismo. As pessoas perguntavam: "O que você é?". "Católico, apostólico, romano." Às vezes, nem frequentavam a igreja, mas era uma senha, uma senha de que o Brasil crescia com uma civilização cristã. Assim foram nossos antepassados, assim nos formamos nas universidades, nas faculdades, na escola, no Parlamento. Aqui, não se emenda a Bíblia. Emenda-se a Constituição, com dificuldades. Imagine tentar mudar um texto sagrado que está na alma, no coração, no espírito, na índole, na vocação que vincia a alma do povo brasileiro!

É preciso encontrar um caminho. É preciso encontrar um caminho, porque os direitos terminam quando começam os dos outros. E não se pode censurar, vetar, ameaçar, constranger a pregação da Bíblia como ela é. Agora, entendam: aqueles que confessam ou aqueles que optam por outra, vamos dizer, forma de constituir sua família, quando a Bíblia aconselha e diz que se trata de um pecado, faz isso de maneira amosa, respeitosa, carinhosa, como um pai aconselha um filho, como alguém que quer bem, tem um amor que não é fingido, não é velado. Às vezes, há discursos fáceis de políticos, mas por interesses eleitoreiros. E o povo vai distinguir isso.

Respeito e amor verdadeiro muitas vezes impõem que falemos a verdade, até mesmo quando, politicamente, não se recomenda isso. Mas, ora, somos brasileiros, temos que aprender a conviver com as diferenças. É uma característica da nossa raça, do nosso povo, da miscigenação, que não podemos mudar e que há de se perpetuar nesta terra, até enquanto Deus nos permitir existir.

Então, Sr. Presidente, eram estas as palavras que eu gostaria de trazer neste momento em que estamos pedindo aos Srs. Senadores e à Mesa do Senado que

nos conceda uma sessão solene para celebrarmos não só o aniversário de 90 anos da **Folha**, mas também 90 anos de liberdade de imprensa, com algumas elipses, tenho aqui que reconhecer, até amargurado. Mas vencemos e permitimos que se constituísse uma grande empresa, que é baluarte, que é patrimônio nosso e que, acima de tudo, é um marco do espírito de amor à liberdade, à justiça, à paz e ao direito.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Marcelo Cirello, o Sr. Gilvam Borges, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Pedro Simon.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – Agradeço o pronunciamento de V. Ex^a.

Com a palavra o nobre Senador Mozarildo Cavalcanti. Se fosse no tempo do Senador Mão Santa, eu diria: pelo tempo que achar necessário.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Pedro Simon, e quero cumprimentá-lo pela importância que dá a esta sessão ao presidi-la.

Quero cumprimentar as Sr^{as} e os Srs. Senadores, os telespectadores da TV Senado e também as pessoas que nos assistem aqui das galerias.

Sr. Presidente, se há uma coisa que todo brasileiro, toda brasileira repudia e, ao mesmo tempo, fica meio desesperançado de que acabe é justamente a corrupção. Porque, como disse Rui Barbosa, em 1914, de tanto ver triunfar as nulidades, de tanto ver agigantar-se o poder nas mãos dos maus, de tanto ver campear a corrupção, o homem honesto chega, realmente, a se desesperançar, a ter até vergonha de ser honesto.

Mas quero dizer, principalmente às pessoas de bem deste País, aos jovens, que se há um mal que precisa de um combate permanente, de uma vigilância permanente, é justamente a corrupção, que começa, às vezes, dentro de casa. O nome "corrupção" pode parecer pesado, mas, por exemplo, quando um pai vê o filho voltando da escola com um lápis que não é seu e não diz nada, está estimulando aquela criança a achar que é natural ficar com uma coisa que não é sua. Quando uma pessoa, por exemplo, fura uma fila em qualquer lugar, passando na frente de alguém de maneira "esperta", isso é um ato de corrupção. E isso vai sedimentando na cabeça, principalmente, do jovem, que, amanhã, também vai achar normal pegar, surrupiar alguma coisa que foi esquecida. E aí essas coisas vão agigantando-se, até chegar ao ponto das grandes corrupções de que temos notícias no País, a cada momento.

No meu Estado, instalou-se um Governo, em setembro de 2007, com a posse do vice-Governador do Governador eleito Ottomar de Sousa Pinto, encabeçado pelo Sr. José Júnior, que instalou, desde o primeiro momento, um método de corrupção desenfreada, porque, segundo ele, para ganhar as eleições, basta ter poder e dinheiro. E, estando no Governo, ele tem as duas coisas: poder e dinheiro desonesto, roubado.

Foi assim que inúmeros casos aconteceram. O mais gritante deles, pelo menos o mais hediondo, foi com relação aos medicamentos, à compra e ao descarte de medicamentos superfaturados pela Secretaria de Saúde.

Eu sou médico, fui Secretário de Saúde e sei, Senador Simon, que o lugar mais fácil para os desonestos roubarem é na saúde, porque, como se controla, com eficiência, a compra, a entrada do medicamento, o uso do medicamento e depois, eventualmente, o descarte daqueles que perdem a validade? Primeiro, não deveriam perder a validade, porque, se houvesse um planejamento adequado, só se compraria a quantidade de medicamento necessária, para aplicar durante um período x, o que é possível fazer com planejamento adequado. Quando há alguma anormalidade, uma epidemia, etc., muito bem, tem-se de comprar medicamento de maneira excepcional, o que não é o caso, não foi o que ocorreu em Roraima.

Havia um ciclo formado de comprar medicamentos com prazo de validade por vencer, já mediante uma dispensa de licitação, porque os medicamentos tinham de ser comprados com urgência. E aí uma ou duas firmas de Roraima compravam, digamos, de uma empresa – vou dar um exemplo simbólico – do Rio Grande do Sul, que tinha um medicamento em estoque, mas com validade a vencer, digamos, dali a oito meses, e que vendia, portanto, mais barato para as empresas de Roraima. E a empresa vendia para o Governo por valor superfaturado, porque era de emergência, com dispensa de licitação. O medicamento tinha prazo curto de validade, eles fabricavam prontuários falsos de pacientes inexistentes, para justificar que alguns dos remédios tinham sido usados, e os outros que não podiam jogavam no lixão.

O Jornal **Folha de Boa Vista** publicou as fotos com detalhes de como era feito o processo, de como o remédio era descartado. Isso, Senador Simon, só foi possível, porque um funcionário teve a coragem de denunciar. E, sobre esse denunciante, disseram assim: “Afirma que agiu como cidadão”. O nome dele é Andreide Sobral César. Esse rapaz, inclusive, foi ameaçado de morte, nem sei como ele está hoje em dia. Mas ele teve coragem: fotografou, filmou com o celular todos os detalhes. Com isso, a Polícia Federal começou a investigar.

Pois bem, a coisa chegou a um ponto x, em que se comprovou mesmo esse esquema corrupto montado na Secretaria da Saúde, e, como a Polícia Federal estava com uma operação pronta para ser desencadeada, vazou a informação para o Governador. E o Governador, que, portanto, sabia disso, há um ano, mais ou menos, fez um jogo de cena: foi para a Secretaria de Saúde com a Polícia Civil, ocupou-a, mandou fazer investigação de tudo, afastou gente. Mas ele sabia disso desde o início e não tomou nenhuma providência.

Aliás, quero ressaltar, a Polícia, de posse das denúncias desse rapaz, começou a investigação. Mas, quando se chegou a um ponto em que se iriam incriminar alguns amigos do Governador, ele mandou engavetar.

Agora, ele faz esse jogo de cena, dizendo que está apurando, como se tivesse entrado no Governo ontem, como se não fosse Governador durante todo esse esquema que ele alimentou. Aliás, alimentou para pegar dinheiro para a campanha política dele. Pior, Senador: além de ele... E espero que a Polícia Federal apure esse vazamento, porque é sério. A Polícia Federal estava com tudo montado, mas o Governador foi avisado e fez esse jogo de cena com a Polícia Civil do Estado, para apurar.

A Polícia Federal não deve afastar-se da apuração. Não que eu suspeite da Polícia Civil, porque foi ela, inclusive, que fez a investigação principal. Mas é evidente: o interesse e a cumplicidade do Governador são tamanho, que ele não merece que fique só a Polícia Civil nesse caso.

Mas, se ficasse nesse caso só os desmandos e as corrupções do Governador atual, seria muito bom. Aliás, antes de ele ser Governador, a Polícia Federal investigou um fato, no Município do Cantar – é o nome do Município –, de uma obra que ele superfaturou. Antes de ser Governador, ele era empreiteiro e assumiu o Governo como empreiteiro praticamente falido. Como na investigação se chegou ao nome dele, esse processo está parado. Quero pedir ao Superintendente de Roraima e ao Diretor da Polícia Federal que esse processo que envolve o Governador tenha andamento. Se eles têm de mandá-lo para cá, para o STJ, que mandem, mas não pode o processo ficar parado na Polícia Federal.

Além disso, o Governador está suspeito de um esquema, Senador Pedro Simon. O Presidente Lula transferiu de volta, devolveu ao Estado de Roraima três milhões e poucos de hectares de terras, para que o Governo do Estado titule, por meio do Instituto de Terras de Roraima.

O Governador mandou ou foi 69 vezes, em aviões do Governo, a Mato Grosso; mais precisamente aterrissou na Fazenda Juara, em Mato Grosso, que, segundo as informações de que dispomos, pertence a um grande

grupo do agronegócio de Mato Grosso, que, junto com o Governador, estaria fazendo uma triangulação: comprando títulos da época em que Roraima era Amazonas, portanto, títulos que estão lá no cartório do Município de Moura, no Amazonas, e, com esses papéis, esquentando as terras que estão sendo tituladas em nome de pessoas que, portanto, estão ligadas a um grupo que o Governador quer montar, para ter hegemonia no poder econômico em nosso Estado.

Isso foi denunciado, o Tribunal de Contas do Estado está apurando, o Ministério Público Estadual está apurando, e espero que tenham condição de comprovar. Fora isso, o Governador, na campanha, não repassou o duodécimo para o Poder Judiciário e para o Poder Legislativo, isto é, não passou o dinheiro que a Constituição manda que ele passe, para o funcionamento do Judiciário e do Legislativo.

Eu pedi o **impeachment** do Governador por causa disso. Lógico, a Assembléia não deu, ele tem maioria absoluta. Não mandou o orçamento também na data certa que a Constituição prevê. De novo, pedi o **impeachment** e a Assembléia negou. Reteve o dinheiro do Instituto de Previdência do Estado. Isto é, o rombo agora se dá roubando do funcionário, porque o funcionário desconta do seu salário para ter a sua aposentadoria, sua pensão e o Governador reteve nos cofres do Estado, para logicamente utilizar na campanha, embora isso seja um crime previsto na lei, que é o crime de apropriação previdenciária indébita.

Todos esses casos já denunciei ao Ministério Público Federal e ao Estadual – espero que eles cumpram com seu dever.

E o Governador, que acha que, porque é Governador, porque tem um orçamento de bilhões de reais, que, para o Estado, é muito dinheiro, para manobrar como ele quer – digamos assim –, zomba da possibilidade de ser punido. Ele foi cassado agora pelo Tribunal Regional Eleitoral por uma conduta vedada, que é o uso da rádio estatal do Governo para fazer campanha política para ele. O TRE o cassou. Ele pegou o jatinho do Governo do Estado, veio para Brasília com seu advogado para conseguir uma liminar aqui no Tribunal Superior Eleitoral. E conseguiu, dentro da lei. A lei previa a liminar podia ser concedida.

Pois bem, depois disso, o Governador... Aliás, quero até remanescer: esse Governador já foi absolvido pelo TSE, em função da eleição de 2006, por denúncias. Naquela época, ele dizia que estava negociando com o Relator, que morava em Minas Gerais, era mineiro. E ele fez várias viagens a Minas Gerais. Ele dizia isso para todo mundo. Agora, eu não acredito que ministro nenhum se submeta a algo desse tipo, vender o seu voto porque o Governador tenha dinheiro. Mas

ele disse naquela época. E agora ele está chamando empresário lá em Roraima, dizendo para o empresário: "Você tem x para receber; estou com uma ordem bancária aqui; assino se você me adiantar tanto por cento do que tem para receber". Quer dizer, aí é um crime novo, não é? A gente tem notícia de que alguém paga e recebe a propina; esse quer a propina antes de pagar. E dizendo o que, Senador Pedro Simon? Que é para pagar os advogados dele aqui em Brasília e disse para os empresários que era para também botar dinheiro na mão de alguns Ministros do Tribunal Superior Eleitoral. Ele disse. E eu repudio essa afirmação dele, porque que ele não tenha escrúpulo, que ele seja um corrupto, é uma coisa; agora, ele querer vender essa imagem de que ele é capaz de comprar tudo e todos, inclusive Ministro do Tribunal Superior Eleitoral, é o cúmulo dos absurdos.

Então, quero fazer a denúncia desse ato, que é um verdadeiro circo que o Governador montou, de dizer que agora ele vai apurar as coisas na saúde, um crime que ele conhecia há praticamente um ano e ele, Governador, não tomou nenhuma atitude; pelo contrário, fez foi barrar o andamento da investigação da Polícia Civil.

Vou pedir, reiterar ao Ministério Público e à Polícia Federal especialmente, porque, infelizmente, no meu Estado, o quadro de funcionários da Polícia Federal é insuficiente para que os processos sejam apurados com a rapidez que um crime hediondo como esse, de roubar remédios, portanto, roubar a vida das pessoas e a saúde das pessoas não fique impune e muito menos o Governador consiga, com essa manobra, abafar o que de fato tem que ser feito.

Roraima merecia ter uma operação maior do que a que foi feita no Amapá, porque lá a corrupção a gente sente o cheiro e vê em todos os lugares nesse atual governo.

Portanto, quero reiterar essas denúncias e dizer que confio na justiça, seja na justiça comum, seja na justiça eleitoral, e tenho certeza de que um cidadão como esse Governador não ficará impune, é uma questão de dias, mas que ele vai ser cassado e parar na cadeia, eu não tenho dúvida.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – Agradeço o pronunciamento de V. Ex^a.

Com a palavra agora o Senador Lindbergh Farias.

Eu aqui, como Senador mais velho, anuncio com alegria o Senador Lindbergh, eu que defendo que para mudar este País só com mocidade na rua, V. Ex^a deu um exemplo fantástico. V. Ex^a, na presidência da UNE e de cara pintada, fez algo muito importante, e foi com aqueles atos que conseguimos a democracia. Hoje, como Senador da

República, com aquele passado, imagino o extraordinário futuro que V. Ex^a tem pela frente.

Com a palavra o Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Eu agradeço por demais, Senador Pedro Simon. V. Ex^a é uma referência para todos nós, desde aquele momento, aquela juventude que estava nas ruas, mas é uma referência para mim, que chego agora a este Senado Federal. Espero, ao longo de minha trajetória toda, ter V. Ex^a como um grande exemplo, não só para mim, para uma geração nova na política, mas para todo o País. V. Ex^a engrandece e orgulha muito esta Casa. Para mim é um grande prazer estar hoje nesta tribuna com V. Ex^a na Presidência.

Mas, Senador Pedro Simon, assomo hoje a esta tribuna para entrar no debate sobre os rumos da discussão do salário mínimo. Estou hoje aqui representando uma posição do meu partido, o Partido dos Trabalhadores, porque nós achamos que a Oposição está cometendo um erro quando diz – e é direito dela – que vai questionar no Supremo Tribunal Federal as regras aprovadas na Câmara Federal e que podem ser aprovadas aqui no Senado Federal. Porque o que a Oposição faz é colocar em xeque a política de recuperação do salário mínimo. Agora não é discussão só do valor do salário mínimo este ano. Eu chamo a atenção que com a posição dos Parlamentares, Deputados e Senadores da Oposição, nós voltamos a discutir a política global de recuperação do salário mínimo. Se a tese da Oposição prevalecer, nós não teremos critério definido para o reajuste do próximo ano.

Sabemos hoje, pela legislação que foi aprovada na Câmara dos Deputados e que está vindo para cá – estou aqui com o Projeto de Lei nas mãos –, que o valor do salário mínimo em 2012 será de algo em torno de R\$615,00 a R\$620,00, porque temos um critério.

Qual é o critério? A inflação do ano anterior e o crescimento real do PIB de dois anos antes. Foi essa política do Presidente Lula, acertada com as centrais sindicais, que facilitou a recuperação do salário mínimo nesses últimos anos. Nos últimos anos, o salário mínimo subiu, de forma real, em torno de 5% a 6% por esse critério. Ao questionarem isso – e estou convencido das fragilidades inclusive dos argumentos que levantam –, a discussão aqui toma outra dimensão. Não é só a discussão do valor do salário mínimo neste ano, mas a política.

O que diz a Oposição? Que o Governo não pode, por um decreto, fixar o valor do salário mínimo. Questionam o art. 3º do Projeto de Lei, que diz:

“Art. 3º Os reajustes e aumentos fixados na forma do art. 2º serão estabelecidos pelo Poder Executivo por meio de decreto.”

Parágrafo Único. O decreto do Poder Executivo a que se refere o caput divulgará a cada ano os valores mensal, diário e horário do salário mínimo decorrentes do disposto neste artigo, correspondendo o valor diário a um trinta avos e o valor horário a um duzentos e vinte avos do valor mensal.”

Veja bem, esse art. 3º chama o art. 2º, que dá a tranquilidade dessa política de recuperação do salário mínimo. O art. 2º, no seu *caput*, diz o seguinte:

“Art. 2º. Ficam estabelecidas as diretrizes para a política de valorização do salário mínimo a vigorar entre 2012 e 2015, inclusive, a serem aplicados em 1º de janeiro do respectivo ano.”

No §1º, fica ressalvado:

“§ 1º. Os reajustes para a preservação do poder aquisitivo do salário mínimo corresponderão à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, calculado e divulgado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, acumulada nos doze meses anteriores ao mês de reajuste”.

Ou seja, fala que nós vamos repor a inflação. O inciso I fala:

“I – em 2012 será aplicado o percentual equivalente à taxa de crescimento real do Produto Interno Bruto – PIB, apurada pelo IBGE para o ano de 2010.”

Pois bem, fiz questão de ler. É maçante ficar lendo os artigos aqui, mas é que nós estamos estabelecendo uma política até 2015. É essa política que vai garantir o aumento, no próximo ano, do salário mínimo, de 13%; um aumento real de 7,8%, que é o tamanho desse PIB.

O que diz a Oposição? Que o Governo não pode – e ela vai ao art. 7º, inciso IV, que diz o seguinte: “Salário mínimo fixado em lei nacionalmente unificado”. Pois bem, está fixado em lei pelo projeto do Governo Federal. O decreto vai apenas dizer quanto... Vai, na verdade, fazer o cálculo daquilo que está fixado em lei. Não dá para sabermos, de antemão, a inflação do próximo ano. Então, não dá para dizer que o salário mínimo do próximo ano vai ser R\$616,00 R\$617,00, R\$618,00, R\$619,00 ou R\$620,00.

O decreto é só para isto, é só para facilitar a aplicação daquilo que está na lei. Então, a política do salário mínimo vai ser decidida por um projeto de lei, no caso esse que o Governo está apresentando.

Eu vou a outro ponto. Se houver por parte deste Congresso Nacional, por parte de algum parlamentar, alguma dúvida se o critério do decreto, se o decreto

corresponde ao que está escrito na legislação, vamos mostrar aqui o art. 49, inciso V, que dá poderes a esta Casa, ao Congresso Nacional de sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites da delegação legislativa.

Ou seja, eu entrei aqui no debate jurídico. Nós estamos conscientes de que o Direito, no caso, está do nosso lado, mas eu quero vir para a argumentação política agora, Senador Pedro Simon. Na próxima semana, no plenário desta Casa, do Senado – já conversei com alguns sindicalistas no dia de hoje, pela manhã –, a preocupação dos sindicalistas, além do valor do salário mínimo desse ano, que nós vamos votar aqui na próxima quarta-feira, será a manutenção dessas regras.

Eu acho que a Oposição trouxe outro debate e que nos interessa, porque nós sabemos que um dos motivos do crescimento econômico do Governo do Presidente Lula, um dos motivos desse desempenho fantástico da economia foi justamente o poder de compra do salário mínimo. Nós criamos um grande mercado de massa neste País, Senador Pedro Simon: 30 milhões de brasileiros deixaram a miséria, outros 30 milhões passam a pertencer a essa nova classe média brasileira.

E foi isso que criou esse grande mercado de massas no nosso País. E é disso que não podemos abrir mão. Eu e toda a bancada do PT vamos ter um debate com o Senador Paulo Paim na terça-feira. Queremos votar de forma unificada com a nossa Presidenta Dilma. É claro que todos nós queríamos um salário mínimo maior, nós sabemos como isso é importante para a economia. Agora, nós temos muita confiança na estratégia da Presidenta Dilma, no rumo do Governo, que é este do crescimento com inclusão social.

Agora, Senador Pedro Simon, nós temos um cenário econômico internacional delicado. Nós estamos enfrentando um problema de câmbio, uma guerra cambial, com a moeda americana e com a moeda chinesa que prejudica as nossas exportações, que prejudica setores da nossa indústria. Nós temos uma inflação crescente no mundo inteiro, elevação do preço internacional das *commodities*. Isso é no mundo inteiro, e temos uma elevação da inflação por pressão de demanda. Isso é real.

Ao contrário do que dizem alguns, não é pela farra de gastos do Governo do Presidente Lula. Eu já refutei aqui, neste plenário, vários argumentos. A dívida pública com o PIB continua crescendo. Nós saímos de 60% da relação dívida/PIB e estamos agora em 40%. O nosso déficit nominal é inferior a 3%. Agora, a inflação, a pressão por demanda, está crescendo, porque houve uma mudança estrutural na economia brasileira. Temos um grande mercado de massas agora. Todos os jornais nesta semana falaram do preço das refeições nos restaurantes. A pressão pelos serviços, há inflação de quase 10%, contra 5,9% da

inflação; ou seja, tem uma pressão, sim, por demanda. É um momento delicado da economia brasileira, e por isso a Presidenta Dilma está agindo com tanta cautela, porque o nosso rumo, o nosso projeto qual é? Crescimento econômico e inclusão social, mas com muita responsabilidade com a inflação.

Imaginem a Presidenta Dilma – eu fui Prefeito, Senador Pedro Simon, e, ao entrar numa prefeitura ou num governo de Estado, todo administrador olha para as contas, tenta se programar, se planejar – assumindo neste novo cenário econômico internacional, e esse perigo inflacionário que é real! É real! E não é pela farra dos gastos, como falei aqui. É por uma mudança da nossa economia e por uma situação internacional, principalmente pela elevação dos preços das *commodities*. A pressão da China e da Índia tem feito o preço, principalmente dos alimentos, subir muito.

Então, é necessário muita cautela, e a Presidenta Dilma está certa ao fazer tudo isso. O Governo tem utilizado instrumentos que nós não gostaríamos de utilizar: o Banco Central aumentou a taxa Selic. Mas não foi só isso: houve uma redução dos prazos de financiamento para quem compra a prazo, a crédito, e sabemos que essa foi outra vitória do Governo do Presidente Lula. O crédito no Brasil correspondia a menos de 25% do PIB; no final do Governo do Presidente Lula, chegou a 45%. A Dilma está tendo que dar um aperto, diminuir esses prazos de financiamento, aumentar o compulsório bancário. Teve que fazer um ajuste no Orçamento. Esse ajuste não foi o que falaram, Senador Pedro Simon, um grande ajuste fiscal porque as contas estavam deterioradas pela gastação do Governo do Presidente Lula. Sabe o que foi feito com esses 50 bilhões? Simplesmente, a previsão que o Congresso Nacional tinha feito, de elevação das receitas em 16%, elas foram reduzidas para 13%; e, das despesas, cuja elevação tinha sido colocada em 17%, elas foram reduzidas para 9%. Mas, de qualquer forma, foi uma posição cautelosa, com razão, da Presidenta Dilma Rousseff.

Nós vamos assumir o debate aqui, na próxima semana, com muita tranquilidade, porque confiamos na estratégia, no rumo que estamos tomando. Então, tenho certeza de que vamos conseguir aprovar a proposta do Governo de salário mínimo na próxima semana, e a preocupação nossa é desarmar esse debate lançado pela oposição no dia de ontem, de jogar a discussão para o Supremo Tribunal Federal.

Volto a dizer: é opção da oposição, é um direito da oposição, mas o que vai parecer para os trabalhadores brasileiros é que a oposição está tentando arrumar uma forma de destruir uma política que vai continuar recuperando o poder de compra do trabalhador brasi-

leiro. Na verdade, fazem populismo na discussão desse ano, mas destroem uma política continuada, que já beneficiou os trabalhadores brasileiros e vai continuar beneficiando, porque, se tivermos que apresentar um outro projeto de lei no próximo ano, pode ser qualquer valor. O que estamos fazendo nesse projeto do Governo é já antecipando o que vai ser no próximo ano. E a impossibilidade e a limitação do Governo... Não é que queira decidir por decreto o valor, porque está aqui, os instrumentos estão aqui, é porque, concretamente, ninguém pode saber qual vai ser a inflação no próximo ano, se vai subir um dígito a mais ou um dígito a menos, e isso influí no resultado final.

Então, acho que a oposição, em vez de ter responsabilidade com os trabalhadores neste momento, está na arenga política. Isso faz parte do jogo da disputa política. Mas essa previsibilidade – eu faço este apelo aqui aos Senadores da oposição – é fundamental para todo mundo: é fundamental para os empresários se organizarem, para os trabalhadores, para os Municípios.

Senador Pedro Simon, agradeço a V. Ex^a o tempo concedido.

Com certeza, na próxima semana, este plenário vai se dedicar a esse tema, mas eu não queria deixar de aproveitar a oportunidade de, neste dia, subir a esta tribuna e dizer que os rumos da discussão sobre o salário mínimo assumem outros contornos a partir desse debate. Não é só mais o salário mínimo deste ano que está em jogo, o que está em jogo é a política de recuperação e critérios para esse próximo período. E chamo a atenção dos trabalhadores, dos sindicalistas e das centrais sindicais para que, na mobilização da próxima semana, isso seja um centro – e eu tenho certeza de que vai ser assim. Talvez Senadores e Deputados da oposição não tenham atentado para isso, mas eu tenho certeza de que, na mobilização que ocorrerá na próxima semana, esta vai ser uma grande preocupação dos trabalhadores: a manutenção dessa regra permanente de valorização do salário mínimo.

Muito obrigado, Senador Pedro Simon.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – A Presidência recebeu da Liderança do PMDB as indicações para integrarem as seguintes Comissões:

- Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas;
- Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

A Presidência designa os Senadores mencionados nos Ofícios nºs 47 e 48-GLPMDB para comporem os colegiados referidos.

São os seguintes os ofícios:

OF. GLPMDB N° 47/2011

Brasília, 17 de fevereiro de 2011

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência os nomes dos Senadores do Bloco PMDB, PP, PMN, PSC e PV que integrarão a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas – CMMC, tendo como Presidente da referida Comissão, o Senador Ricardo Ferraço.

TITULARES	SUPLENTES
Ricardo Ferraço	Vital do Rêgo
Eduardo Braga	Romero Jucá
Pedro Simon	Renan Calheiros
Sérgio Petecão	Wilson Santiago

Na oportunidade, reitero a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

OF. GLPMDB N° 48/2011

Brasília, 17 de fevereiro de 2011

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência os nomes dos Senadores do Bloco PMDB, PP, PMN, PSC e PV que integrarão a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO, tendo como Presidente da referida Comissão, o Senador Vital do Rego.

TITULARES	SUPLENTES
Vital do Rêgo	Casildo Maldaner
Francisco Dornelles	Eduardo Braga
Ricardo Ferraço	Sérgio Petecão

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – Não havendo mais nenhum orador inscrito, invocando a proteção de Deus, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – Está encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 52 minutos.)

RETIFICAÇÕES**ATA DA 4^a SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA,
EM 08 DE FEVEREIRO DE 2011**

(Publicada no Diário do Senado Federal nº 12, de 09 de fevereiro de 2011)

Às páginas 02047 e 02048, por erro gráfico, republica-se, na íntegra, a Emenda nº 62 à Medida Provisória nº 517, de 2010.

É a seguinte a emenda:

**EMENDA N°
(à MPV nº 517, de 2010)**

Dê-se ao art. 16 da Medida Provisória nº 517, de 2010, a seguinte redação:

"Art. 16. O art. 8º da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8º. A quota anual da Reserva Global de Reversão - RGR ficará extinta ao final do exercício de 2015, devendo a ANEEL proceder à revisão tarifária de modo que os consumidores sejam beneficiados pela extinção do encargo.

Parágrafo Único - A partir do final do exercício de 2010, a alíquota da Reserva Global de Reversão será reduzida em 0,5 ponto percentual, até sua extinção ao final do exercício de 2015." (NR)

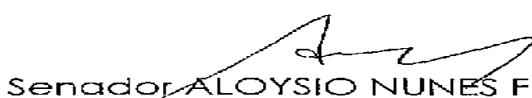
JUSTIFICAÇÃO

Não resta dúvida que a Reserva Global de Reversão tem seu mérito, por ofertar recursos visando ao investimento no setor elétrico e à inclusão social.

No entanto, já é hora de o Congresso Nacional e o Governo Federal sinalizarem, em definitivo, uma queda nas escorchantes tarifas de energia elétrica, infladas com encargos e tributos, a tal ponto que indústrias geradoras de emprego e renda estão deixando o Brasil em busca de tarifas mais baixas nos países vizinhos.

Nessa direção, propomos a redução gradual da RGR até o final de 2015, quando então esse encargo será definitivamente extinto. Tal decisão política seria um alento para os consumidores já desesperançados com uma política que só aumenta o peso de tributos e encargos sobre as tarifas que ele paga.

Sala das Sessões,



Senador ALOYSIO NUNES FERREIRA

ATA DA 5^a SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 9 DE FEVEREIRO DE 2011

(Publicada no **Diário do Senado Federal** nº 13, de 10 de fevereiro de 2011)

À página 02412, no Sumário da Ata,

Onde se lê:

1.2.6 – Leitura de requerimento

024627Nº 53, de 2011, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, solicitando voto de aplauso ao novo corpo dirigente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

Leia-se:

1.2.6 – Leitura de requerimento

Nº 53, de 2011, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, solicitando voto de aplauso ao novo corpo dirigente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

À página 02514,

Onde se lê:

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Registrados as presenças honrosas do Deputado Márcio Roberto, do PMDB da Paraíba, e dos Deputados Federais Hugo Motta e Wilson Filho, também do PMDB do Estado da Paraíba.

Não há mais oradores inscritos.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sras e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão ordinária, a realizar-se amanhã às 14 horas, a seguinte **ORDEM DO DIA**

Leia-se:

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Registrados as presenças honrosas do Deputado Márcio Roberto, do PMDB da Paraíba, e dos Deputados Federais Hugo Motta e Wilson Filho, também do PMDB do Estado da Paraíba.

Não há mais oradores inscritos.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – A Presidência comunica ao Plenário que recebeu os Relatórios de Gestão Fiscal dos seguintes Órgãos:

- Governo Federal (Mensagem nº 9, de 2011-CN; nº 12/2011, na origem), referente ao período de janeiro a dezembro de 2010;
- Supremo Tribunal Federal (Mensagem nº 10, de 2011-CN; nº 12/2011, na origem), referente ao 3º quadrimestre de 2010;
- Senado Federal (Ofício nº 3, de 2011-CN; Ato do Presidente nº 1, de 2011, na origem), referente ao 3º quadrimestre de 2010;
- Câmara dos Deputados (Ofício nº 4, de 2011-CN; nº GP-O/69/2011, na origem), referente ao período de janeiro a dezembro de 2010;
- Ministério Público da União e Ministério Público de Distrito Federal e Territórios (Ofício nº 5, de 2011-CN; nº PGR/GAB/57/2011, na origem), referente ao período de janeiro a dezembro de 2010;
- Conselho Nacional de Justiça (Ofício nº 6, de 2011-CN; nº 43/GP-COFI/2011, na origem), referente ao 3º quadrimestre de 2010;
- Superior Tribunal Militar (Ofício nº 7, de 2011-CN; nº 14/PRES-03/SEPLA-GS/2011, na origem), referente ao período de janeiro a dezembro de 2010;
- Tribunal Superior do Trabalho (Ofício nº 8, de 2011-CN; OF.TST.GDGSET.GP Nº 24/2011, na origem), referente ao período de janeiro a dezembro de 2010;
- Tribunal Superior Eleitoral (Ofício nº 9, de 2011-CN; nº 378/2011/GMRL, na origem), referente ao 3º quadrimestre de 2010;
- Superior Tribunal de Justiça (Ofício nº 10, de 2011-CN; nº 123/GP/2011, na origem), referente ao 3º quadrimestre de 2010; e
- Tribunal de Contas da União (Aviso nº 2, de 2011-CN; nº 57-GP/TCU/2011, na origem), referente ao 3º quadrimestre de 2010.

As matérias serão publicadas em suplemento ao Diário do Senado Federal de 10 de fevereiro do corrente.

Os expedientes vão à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr's e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão ordinária, a realizar-se amanhã às 14 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA

ATA DA 6ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 10 DE FEVEREIRO DE 2011

(Publicada no **Diário do Senado Federal nº 14**, de 11 de fevereiro de 2011)

Às páginas 02565, segunda coluna, e 02566, por erro gráfico, republica-se, na íntegra, a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, referida na legislação citada no Projeto de Lei do Senado nº 23, de 2011.

É a seguinte a lei:

LEI N° 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001

Mensagem de Veto nº 730

Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DIRETRIZES GERAIS

Art. 1º Na execução da política urbana, de que tratam os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, será aplicado o previsto nesta Lei.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DIRETRIZES GERAIS

Art. 1º Na execução da política urbana, de que tratam os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, será aplicado o previsto nesta Lei.

Parágrafo único. Para todos os efeitos, esta Lei, denominada Estatuto da Cidade, estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental.

Art. 41. O plano diretor é obrigatório para cidades:

I – com mais de vinte mil habitantes;

II – integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas;

III – onde o Poder Público municipal pretenda utilizar os instrumentos previstos no § 4º do art. 182 da Constituição Federal.

IV – integrantes de áreas de especial interesse turístico;

V – inseridas na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional.

§ 1º No caso da realização de empreendimentos ou atividades enquadrados no inciso V do caput, os recursos técnicos e financeiros para a elaboração do plano diretor estarão inseridos entre as medidas de compensação adotadas.

§ 2º No caso de cidades com mais de quinhentos mil habitantes, deverá ser elaborado um plano de transporte urbano integrado, compatível com o plano diretor ou nele inserido.

Art. 50. Os Municípios que estejam enquadrados na obrigação prevista nos incisos I e II do caput do art. 41 desta Lei e que não tenham plano diretor aprovado na data de entrada em vigor desta Lei deverão aprová-lo até 30 de junho de 2008. (Redação dada pela Lei nº 11.673, 2008) Vigência

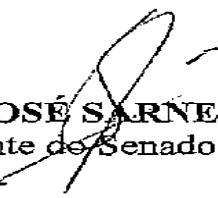
**ATO DO PRESIDENTE
N.º 4*, DE 2011**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo n.º 004221/11-7,

R E S O L V E:

Nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, **FRANCISCA ANTONIA SOUZA DA SILVA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP02, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Presidência do Senado Federal.

Senado Federal, em 01 de fevereiro de 2011.


JOSE SARNEY
Presidente do Senado Federal

(*) Republicado por haver saído com incorreções no D.O.U do dia 02-02-2011, Seção II.

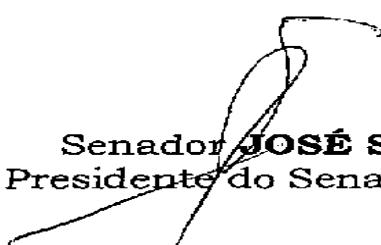
ATO DO PRESIDENTE N.º 27 , de 2011.

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso das suas atribuições regimentais e regulamentares,

RESOLVE:

Exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, o servidor **FELIPE AUGUSTO SIMÕES PIACESI DE SOUZA**, matrícula n.º 174650, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, símbolo AP-04, do Gabinete da Presidência do Senado Federal.

Senado Federal, 16 de fevereiro de 2011.

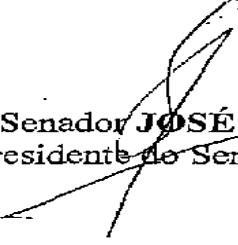

Senador **JOSE SARNEY**
Presidente do Senado Federal

PORTARIA DO PRESIDENTE
N.º 012 , DE 2011

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso de sua competência regimental e regulamentar, atendendo ao disposto no art. 93 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, regulamentado pelo Decreto nº 4.050, de 12 de dezembro de 2001, e tendo em vista o constante no Processo nº 002220/11-3,

RESOLVE autorizar, por até 12 (doze) meses, a prorrogação de cessão do servidor desta Casa Legislativa **ANTÔNIO EDUARDO GONÇALVES DA MOTTA**, matrícula n.º 31140, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, Área de Apoio Técnico-Administrativo, Especialidade Administração, à Câmara dos Deputados, para continuar exercendo o cargo em comissão de Secretário Parlamentar, código CD-CC-SP-28, no Gabinete Parlamentar do Deputado Carlos William, com ônus para o órgão de origem.

Senado Federal, em 16 de fevereiro de 2011.

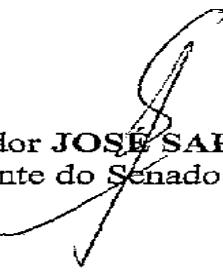

Senador **JOSÉ SARNEY**
Presidente do Senado Federal

PORTARIA DO PRESIDENTE
N.º 013 , DE 2011

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso de sua competência regimental e regulamentar, atendendo ao disposto no art. 93 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, regulamentado pelo Decreto nº 4.050, de 12 de dezembro de 2001, e tendo em vista o constante no Processo nº 003790/11-8,

RESOLVE autorizar a cessão da servidora desta Casa Legislativa **ROBERTA SIMÕES NASCIMENTO**, matrícula n.º 222243, ocupante do cargo efetivo de Advogado, Área de Advocacia, Especialidade Advocacia, ao Ministério da Previdência Social, para exercer o cargo em comissão de Coordenador-Geral de Direito Previdenciário, código DAS 101.4, da Consultoria Jurídica, com ônus para o órgão de origem.

Senado Federal, em 16 de fevereiro de 2011.


Senador **JOSÉ SARNEY**
Presidente do Senado Federal

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54^a LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PDT - João Durval*
Bloco-PSB - Lídice da Mata**
Bloco-PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro

Bloco-PP - Francisco Dornelles*
Bloco-PT - Lindbergh Farias**
Bloco-PRB - Marcelo Crivella**

Maranhão

PTB - Epitácio Cafeteira*
Bloco-PMDB - João Alberto Souza**
Bloco-PMDB - Lobão Filho** (S)

Pará

PSDB - Mário Couto*
PSDB - Flexa Ribeiro**
PSOL - Marinor Brito**

Pernambuco

Bloco-PMDB - Jarbas Vasconcelos*
PTB - Armando Monteiro**
Bloco-PT - Humberto Costa**

São Paulo

Bloco-PT - Eduardo Suplicy*
PSDB - Aloysio Nunes Ferreira**
Bloco-PT - Marta Suplicy**

Minas Gerais

Bloco-PR - Clésio Andrade* (S)
PSDB - Aécio Neves**
PPS - Itamar Franco**

Goiás

PSDB - Cyro Miranda* (S)
DEM - Demóstenes Torres**
PSDB - Lúcia Vânia**

Mato Grosso

DEM - Jayme Campos*
Bloco-PR - Blairo Maggi**
Bloco-PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul

Bloco-PMDB - Pedro Simon*
Bloco-PP - Ana Amelia**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

Bloco-PC DO B - Inácio Arruda*
Bloco-PMDB - Eunício Oliveira**
Bloco-PT - José Pimentel**

Paraíba

PSDB - Cícero Lucena*
Bloco-PMDB - Vital do Rego**
Bloco-PMDB - Wilson Santiago**

Espírito Santo

Bloco-PT - Ana Rita* (S)
Bloco-PR - Magno Malta**
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço**

Piauí

PTB - João Vicente Claudino*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Garibaldi Alves* (S)
DEM - José Agripino**
Bloco-PV - Paulo Davim** (S)

Santa Catarina

Bloco-PMDB - Casildo Maldaner* (S)
Bloco-PMDB - Luiz Henrique**
PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas

PTB - Fernando Collor*
Bloco-PP - Benedito de Lira**
Bloco-PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe

DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares**
Bloco-PSC - Eduardo Amorim**

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

Amazonas

Bloco-PT - João Pedro* (S)
Bloco-PMDB - Eduardo Braga**
Bloco-PC DO B - Vanessa Grazziotin**

Paraná

PSDB - Alvaro Dias*
Bloco-PT - Gleisi Hoffmann**
Bloco-PMDB - Roberto Requião**

Acre

Bloco-PT - Anibal Diniz* (S)
Bloco-PT - Jorge Viana**
Bloco-PMN - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

PSDB - Marisa Serrano*
Bloco-PT - Delcídio do Amaral**
Bloco-PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal

PTB - Gim Argello* (S)
Bloco-PDT - Cristovam Buarque**
Bloco-PSB - Rodrigo Rollemberg**

Rondônia

Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-PP - Ivo Cassol**
Bloco-PMDB - Valdir Raupp**

Tocantins

DEM - Kátia Abreu*
Bloco-PR - João Ribeiro**
Bloco-PR - Vicentinho Alves**

Amapá

Bloco-PMDB - José Sarney*
Bloco-PMDB - Gilvam Borges**
PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima

PTB - Mozarildo Cavalcanti*
Bloco-PT - Angela Portela**
Bloco-PMDB - Romero Jucá**

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, de iniciativa da Mesa do Senado Federal, aprovado em 5.3.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel, aprovado em 10.12.2008)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: VAGO ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽²⁾

RELATOR: VAGO

Leitura: 05/03/2008

Instalação: 06/11/2008

Prazo prorrogado: 30/06/2009

Prazo prorrogado: 31/08/2009

Prazo prorrogado: 22/12/2009

Prazo prorrogado: 17/07/2010

Prazo final prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

Notas:

1. Em 6.11.2008, o Senador Marco Maciel foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

2. Em 6.11.2008, o Senador Antonio Carlos Valadares foi eleito Vice-Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

**. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

*****. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.

*****. Em 1º.09.2010, lido e aprovado o Requerimento nº 799, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio

Telefone(s): 33033511

Fax: 33031176

E-mail: antiossio@senado.gov.br

2) FÓRUM SOCIAL MUNDIAL

Finalidade: Representar o Senado Federal no Fórum Social Mundial (FSM) - 2011, entre os dias 06 e 11 de fevereiro de 2011, na cidade de Dakar, no Senegal.

(Requerimento nº 963, de 2010, do Senador Inácio Arruda, aprovado em 15.12.2010)

Número de membros: 5

COORDENADOR:

MEMBROS

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

REFORMA POLÍTICA - 2011

Finalidade: Elaborar, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, Anteprojeto de Reforma Política.

(Atos do Presidente do Senado Federal N°s 24 e 28, de 2011)

Número de membros: 15 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

Designação: 10/02/2011

TITULARES

SUPLENTES

Senador Francisco Dornelles (PP)	1. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Itamar Franco (PPS)	2. Senador Vital do Rego (PMDB)
Senador Fernando Collor (PTB)	3. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senador Aécio Neves (PSDB)	4. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Roberto Requião (PMDB)	5. Senadora Ana Amélia (PP)
Senador Luiz Henrique (PMDB)	6. Senador Vicentinho Alves (PR)
Senador Wellington Dias (PT)	
Senador Jorge Viana (PT)	
Senador Demóstenes Torres (DEM)	
Senador Pedro Taques (PDT)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	
Senador Eduardo Braga (PMDB)	
Senadora Ana Rita (PT)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B)	
Senadora Lúcia Vânia (PSDB)	

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
	1.
	2.
	3.
	4.
	5.
	6.
	7.
	8.
	9.
	10.
Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
	1.
	2.
	3.
	4.
	5.
	6.
	7.
	8.
	9.
PSDB	
Aécio Neves	1. Alvaro Dias
Cyro Miranda	2. Aloysio Nunes Ferreira
Flexa Ribeiro	3. Paulo Bauer
PTB	
Armando Monteiro	1. Fernando Collor
João Vicente Claudino	2. Gim Argello
DEM	
	1.
	2.
PSOL	
Marinor Brito	1. Randolfe Rodrigues

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
	1.
	2.
	3.
	4.
	5.
	6.
	7.
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
	1.
	2.
	3.
	4.
	5.
	6.
	7.
	8.
PSDB	
Cícero Lucena	1. Aécio Neves
Lúcia Vânia	2. Cyro Miranda
Marisa Serrano	3. Paulo Bauer
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
	2. Gim Argello
DEM	
	1.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 11:30 hs - Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2005, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo da Valorização das Pessoas com Deficiência.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Sociais 12, de 2005)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Gildete Leite de Melo
Telefone(s): 3303-3515
Fax: 3303-3652
E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 9/2005, do Senador Papaléo Paes, com o objetivo de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Sociais 9, de 2005)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Gildete Leite de Melo
Telefone(s): 3303-3515
Fax: 3303-3652
E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 11/2009, do Senador Paulo Paim , com o objetivo da Defesa do Emprego e da Previdência Social.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Sociais 11, de 2009)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
José Pimentel (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT) ⁽⁹⁾
Marta Suplicy (PT)	2. Ana Rita (PT) ⁽⁹⁾
Pedro Taques (PDT)	3. Anibal Diniz (PT) ^(7,9)
Jorge Viana (PT) ⁽⁶⁾	4. Acir Gurgacz (PDT)
Magno Malta (PR)	5. João Ribeiro (PR)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. Lindbergh Farias (PT) ⁽¹⁰⁾
Inácio Arruda (PC DO B)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Marcelo Crivella (PRB)	8. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eunício Oliveira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB) ^(2,5)
Renan Calheiros (PMDB) ⁽³⁾	2. Eduardo Braga (PMDB) ⁽⁴⁾
Romero Jucá (PMDB)	3. Wilson Santiago (PMDB)
Vital do Rego (PMDB)	4. Gilvam Borges (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	5. Lobão Filho (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	6. Waldemir Moka (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
Sérgio Petecão (PMN)	8. Eduardo Amorim (PSC)
PSDB	
Aécio Neves	1. Mário Couto
Aloysio Nunes Ferreira	2. Flexa Ribeiro
Alvaro Dias	3. Cícero Lucena ⁽¹¹⁾
PTB	
Armando Monteiro	1. Ciro Nogueira (PP) ⁽¹²⁾
Gim Argello	2. Mozarildo Cavalcanti ⁽⁸⁾
DEM	
Kátia Abreu	1. Demóstenes Torres
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1. Marinor Brito

Notas:

1. Em 09.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e José Pimentel, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. Nº 29/2011-GLPMDB)

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

3. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. Nº 29/2011-GLPMDB)
4. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (OF.Nº 41/2011-GLPMDB)
5. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (OF.Nº 42/2011-GLPMDB)
6. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
7. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
8. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-LGPTB).
9. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).
10. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
11. Em 17.02.2011, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 034/2011-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.
12. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 10:00 hs - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Designação: 28/10/2009

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ANÁLISE DO PRS Nº 96, DE 2009 - REFORMA ADMINISTRATIVA

Finalidade: Análise do PRS nº 96, de 2009, que "Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58, de 1972, e posteriores modificações".

Designação: 10/02/2010

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE
Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
	1.
	2.
	3.
	4.
	5.
	6.
	7.
	8.
	9.
	10.
Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
	1.
	2.
	3.
	4.
	5.
	6.
	7.
	8.
	9.
PSDB	
Lúcia Vânia	1. Alvaro Dias
Marisa Serrano	2. Cyro Miranda
Paulo Bauer	3. Cícero Lucena
PTB	
Armando Monteiro	1. Mozarildo Cavalcanti
João Vicente Claudino	2.
DEM	
	1.
	2.
PSOL	
Marinor Brito	1. Randolfe Rodrigues

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-3498
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-3498
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Designação: 22/09/2009

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-3498
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
	1.
	2.
	3.
	4.
	5.
	6.
Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
	1.
	2.
	3.
	4.
	5.
	6.
PSDB	
Aloysio Nunes Ferreira	1. Cícero Lucena
Marisa Serrano	2. Flexa Ribeiro
PTB	
	1.
DEM	
	1.
PSOL	
	1. Marinor Brito

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-3935

Fax: 3303-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 11, de 2007, com o objetivo de analisar os problemas ambientais e sociais decorrentes dos chamados "lixões" e apresentar propostas para a solução destes problemas, propondo parâmetros, metodologias e orientações a serem adotadas pelos municípios.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3303-3935
Fax: 3303-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Instalação: 27/10/2009

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3303-3935
Fax: 3303-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Instalação: 29/09/2009

Atualização: 16/10/2009

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3303-3935

Fax: 3303-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Leitura: 10/05/2010

Instalação: 13/05/2010

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3303-3935

Fax: 3303-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
	1.
	2.
	3.
	4.
	5.
	6.
	7.
Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
	1.
	2.
	3.
	4.
	5.
	6.
PSDB	
Marisa Serrano	1. Cícero Lucena
Lúcia Vânia	2. Cyro Miranda
PTB	
	1.
	2.
DEM	
	1.
PSOL	
Marinor Brito	1.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 12:00HS - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, do Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO E ACOMP. DA REGUL. FUNDIÁRIA DA AMAZÔNIA LEGAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 29/2009, do Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar a execução da regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DA JUVENTUDE E DO IDOSO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 25/2010, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em defesa da criança, do adolescente, da juventude e do idoso.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
	1.
	2.
	3.
	4.
	5.
	6.
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
	1.
	2.
	3.
	4.
	5.
	6.
	7.
PSDB	
Aloysio Nunes Ferreira	1. Aécio Neves
Lúcia Vânia	2. Cyro Miranda
PTB	
Fernando Collor	1. Mozarildo Cavalcanti
Gim Argello	2.
DEM	
	1.
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1.

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS 10:00 hs - Plenário nº 7 - ALA ALEXANDRE COSTA
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE's nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no " I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2003, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
	1.
	2.
	3.
	4.
	5.
	6.
	7.
	8.
Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
	1.
	2.
	3.
	4.
	5.
	6.
	7.
	8.
PSDB	
Flexa Ribeiro	1. Aécio Neves
Lúcia Vânia	2. Aloysio Nunes Ferreira
Paulo Bauer	3. Cyro Miranda
PTB	
Fernando Collor	1. Armando Monteiro
Mozarildo Cavalcanti	2. João Vicente Claudino
DEM	
	1.
PSOL	
	1.

Secretário(a): Álvaro Araujo Souza**Reuniões:** QUINTAS-FEIRAS - 8:30HS - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa**Telefone(s):** 3303-4607**Fax:** 3303-3286**E-mail:** scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Álvaro Araujo Souza
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Álvaro Araujo Souza
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
	1.
	2.
	3.
	4.
	5.
	6.
Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
	1.
	2.
	3.
	4.
	5.
	6.
PSDB	
Aécio Neves	1. Lúcia Vânia
Cícero Lucena	2. Marisa Serrano
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
DEM	
	1.
PSOL	
	1.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins**Reuniões:** QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -**Telefone(s):** 3303-4282**Fax:** 3303-1627**E-mail:** scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
	1.
	2.
	3.
	4.
	5.
	6.
Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
	1.
	2.
	3.
	4.
	5.
	6.
PSDB	
Marisa Serrano	1. Aloysio Nunes Ferreira
Cyro Miranda	2. Flexa Ribeiro
PTB	
	1.
DEM	
	1.
PSOL	
	1.

Secretário(a): Marcello Varella**Reuniões:** QUINTAS-FEIRAS - 12:00HS -**Telefone(s):** 3303-3506**E-mail:** marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3303-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - IRRIGAÇÃO NA REGIÃO CENTRO-OESTE

Finalidade: Avaliar, no prazo de noventa dias, as razões do descumprimento do inciso I do art. 42 do Ato das Disposições Transitórias, que estabelece que, durante vinte e cinco anos, a União aplicará vinte por cento dos recursos destinados à irrigação na região Centro-Oeste.

Designação: 11/05/2010

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3303-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**
Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
	1.
	2.
	3.
	4.
	5.
	6.
Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
	1.
	2.
	3.
	4.
	5.
	6.
PSDB	
Cyro Miranda	1. Aloysio Nunes Ferreira
Flexa Ribeiro	2. Cícero Lucena
PTB	
Gim Argello	1. Fernando Collor
DEM	
	1.
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1. Marinor Brito

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 08:45HS -
Telefone(s): 3303-1120
Fax: 3303-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA
Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Telefone(s): 3303-1120
Fax: 3303-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
	CORREGEDOR
	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 01/02/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **4ª Eleição Geral:** 13/03/2003

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

Atualização: 01/02/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

Atualização: 01/02/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

4) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1^a Designação: 03/12/2001

2^a Designação: 26/02/2003

3^a Designação: 03/04/2007

4^a Designação: 12/02/2009

5^a Designação: 11/02/2011

MEMBROS

PMDB

PT

Gleisi Hoffmann (PR) ⁽²⁾

PSDB

Lúcia Vânia (GO)

PTB

Mozarildo Cavalcanti (RR) ⁽³⁾

DEM

Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁴⁾

PR

PP

Ciro Nogueira (PI) ⁽¹⁾

PDT

PSB

Lídice da Mata (BA)

PC DO B

Vanessa Grazzotin (AM) ⁽⁵⁾

PSOL

Marinor Brito (PA) ⁽⁶⁾

PRB

Marcelo Crivella (RJ)

PSC

Eduardo Amorim (SE)

PPS

PMN

Sérgio Petecão (AC)

PV

Paulo Davim (RN)

Atualização: 16/02/2011

Notas:

1. Indicado para ocupar a vaga do PP, conforme Of.nº 070/2011-GSFD, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
2. Indicada para ocupar a vaga do PT, conforme Of. nº 14/2011-GLDPT, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
3. Indicado para ocupar a vaga do PTB, conforme Of.nº 038/2011-GLPTB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
4. Indicada para ocupar a vaga do DEM, conforme Of.nº 008/2011-GLDEM, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
5. Indicada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.nº 003/2011-GLPCdoB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
6. Indicada para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of.nº 034/2011-GSMB, de 16.02.2011, lido na sessão da mesma data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-4561/3303-5258 **Fax:**3303-5258

E-mail:scop@senado.gov.br

5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 23/03/2010

MEMBROS

PMDB

PT

PSDB

PTB

DEM

PR

PP

PDT

PSB

PC DO B

PSOL

PRB

PSC

PPS

PMN

PV

Atualização: 03/02/2011

6) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 30/11/2010

MEMBROS

PMDB

PT

PSDB

PTB

DEM

PR

PP

PDT

PSB

PC DO B

PSOL

PRB

PSC

PPS

PMN

PV

Atualização: 03/02/2011

7) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)

SENADOR	CARGO
	OUVIDOR-GERAL

Atualização: 02/02/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

8) PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010)

Número de membros: 16 titulares

MEMBROS

PMDB

PT

PSDB

PTB

DEM

PR

PP

PDT

PSB

PC DO B

PSOL

PRB

PSC

PPS

PMN

PV

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Marco Maia (PT-RS)	<u>PRESIDENTE</u> Senador José Sarney (PMDB-AP)
<u>1ª VICE-PRESIDENTE</u> Rose de Freitas (PMDB-ES)	<u>1ª VICE-PRESIDENTE</u> Marta Suplicy (PT-SP)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Eduardo da Fonte (PP-PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Wilson Santiago (PMDB-PB)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Cícero Lucena (PSDB-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Jorge Tadeu Mudalen (DEM-SP)	<u>2º SECRETÁRIO</u> João Ribeiro (PR-TO)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Inocêncio Oliveira (PR-PE)	<u>3º SECRETÁRIO</u> João Vicente Claudino (PTB-PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Júlio Delgado (PSB-MG)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Ciro Nogueira (PP-PI)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u>	<u>LÍDER DA MAIORIA</u>
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Paulo Abi-Ackel (PSDB-MG)	<u>LÍDER DA MINORIA</u>
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u>	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Eunício Oliveira (PMDB-CE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u>	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u>

(Atualizada em 9.2.2011)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303-5258
scop@senado.gov.br

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:

Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal – Anexo II - Térreo

Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

scop@senao.gov.br

www.senado.gov.br/ccai

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Resolução nº 01, de 2007 – CN

COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação:

Presidente:

Vice-Presidente:

Vice-Presidente:

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

PRESIDENTE: Parlamentar Ignacio Mendoza Unzain (Py)

VICE-PRESIDENTE: Parlamentar Rubén Martínez Huelmo (Uy)

VICE-PRESIDENTE: Parlamentar José Juan Bautista Pampuro (Ar)

VICE-PRESIDENTE: (Br)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente:

Vice-Presidente:

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u>	<u>LÍDER DA MAIORIA</u>
<u>LÍDER DA MINORIA</u>	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u>
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u>	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u>

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal – Anexo II - Térreo

Telefones: 3303-4561 e 3303- 5258

scop@senado.gov.br

www.senado.gov.br/ccai



Edição de hoje: 76 páginas

OS: 2011/10454